



Sarney (no alto) apresentou certidão para comprovar que declarou casa. Para Virgílio (E), presidente se apoia no "prestígio de Lula". Mercadante disse que PT está preocupado com a governabilidade

Bancada do PT marca para terça definição sobre crise

página 3

registro civil

Documento único aguarda regulamentação

Pedro Simon apela ao governo para que regulamente número único de registro de identidade civil – projeto seu que já virou lei.

página 5

pesquisa

Senado é importante para mais de 90%

página 13



Protesto contra decisão que eliminou a exigência do diploma para jornalistas e que reacendeu o debate sobre profissões

Mais de 250 projetos regulamentam profissões

páginas 8 e 9

LDO: relator propõe maior transparência nos gastos

Divulgação de cargos e respectivos salários básicos dos três Poderes é uma das determinações previstas no relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias, concluído sexta-feira pelo deputado Wellington Roberto. Objetivo é dar publicidade às despesas públicas.

página 2

segurança

Jobim defende tecnologia militar nacional

Ministro da Defesa propôs, em audiência no Senado, reestruturação da indústria de defesa e mudanças na lei a fim de garantir preferência a produtos nacionais.

página 10

parlasul

Como será eleito o parlamentar do Mercosul

Eleição em 2010 poderá ser teste do sistema de listas fechadas de candidatos, proposto pela Representação Brasileira. Regras precisam ser definidas até setembro.

páginas 8 e 9

e mais...

projetos aprovados	4
agora é lei	5
ambiente legal	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Classificação aponta diversão adequada

Conheça como funciona o sistema de identificação de programas de TV, filmes, jogos eletrônicos e espetáculos, que ajuda os pais ou responsáveis a selecionarem as obras indicadas para cada faixa etária de crianças e adolescentes.

página 16



agenda

LDO deve estabelecer maior controle dos gastos públicos

Relator quer divulgação da “estrutura remuneratória” e dos nomes dos servidores dos três Poderes

Com o desafio de estabelecer as diretrizes para o orçamento do último ano do governo Lula, o relatório final do deputado Wellington Roberto (PR-PB), apresentado na sexta-feira, adota medidas para enfrentar as disputas eleitorais e dar prioridade à transparência e ao maior controle nos gastos públicos. Uma das determinações mais polêmicas propostas pelo relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é a divulgação da “estrutura remuneratória” de cada cargo da administração federal, os nomes dos servidores de todos os Poderes, os respectivos cargos e o local onde estão lotados.

O Senado, segundo Wellington, já começou a adotar algumas dessas exigências, como nome, cargo e local onde o servidor trabalha, divulgados no Portal da Transparência. O Executivo, por exemplo, já possui um sistema para os servidores civis (Sipec) com remuneração de cada cargo. A proposta da LDO é uniformizar essas normas e estendê-las não só ao Judiciário e ao Ministério Público, mas também às autarquias, funda-

ções, empresas públicas, estatais e até às agências reguladoras. O relator quer ainda incluir os terceirizados.

Na linha de maior transparência, os órgãos federais devem ser obrigados a divulgar pela internet a relação de todas as entidades privadas que recebem dinheiro público por meio das transferências voluntárias da União.

Outra providência do relator foi incluir os investimentos das estatais na regra que garante a execução provisória do Orçamento de 2010, caso o Congresso não aprove o projeto de lei até o final de 2009.

Essa medida protege o cronograma de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que agora deverão ser definidas no projeto

orçamentário da União. O texto do relator exige que o governo deixe claro quais as obras que compõem o PAC, que passam a ter possibilidade de receber emendas dos parlamentares.

Visando maior transparência na discussão sobre as obras com indícios de irregularidades graves, auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o relator propôs a realização de audiências na Comissão Mista de Orçamento

para discutir publicamente cada uma dessas obras consideradas irregulares pelo TCU.

Outra novidade é exigir a publicação mensal dos gastos referentes à Copa do Mundo de 2014. O Judiciário terá de devolver aos cofres da União os recursos reservados a precatórios, exceto os de pequeno valor, não pagos em 2010. O Orçamento também terá de especificar os recursos da Lei Kandir.



Presidida pelo senador Almeida Lima (à direita, ao lado do deputado Bruno Rodrigues), a Comissão Mista de Orçamento recebeu sexta-feira o relatório do deputado Wellington Roberto

Mozarildo lamenta “barganha” para liberação de emendas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu uma investigação sobre um sistema de “troca de apoios ao governo no Congresso pela liberação de verbas decorrentes de emendas parlamentares ao Orçamento”. O senador anunciou que irá endereçar ofício ao TCU, à Corregedoria-Geral da União (CGU) e ao Ministério Público Federal, para que tomem providências. Mozarildo ainda criticou a afirmação do presidente Lula sobre fiscalizações “atrapalharem a execução de obras”. Para o senador, Lula deveria zelar pela lisura de todo o processo.

CAE vota alívio no Imposto de Renda da pessoa física

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina nesta terça-feira sete projetos. Entre eles, há duas matérias que tratam da diminuição da carga tributária e isenção do Imposto de Renda (IR).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 330/05, de Sérgio Guerra (PSDB-PE), reduz a alíquota máxima do IR das pessoas físicas para 25%. Já o PLS 390/08, de Renan Calheiros (PMDB-AL), inclui o diabetes melito e a fibrose cística entre as doenças a cujos portadores será concedida isenção do IR na aposentadoria e reforma.

comissões

Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Ortopedia – A comissão debate o fornecimento de órteses e próteses no país. Entre os convidados, os diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Fausto Pereira dos Santos; da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; e de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil, Valdmário Rodrigues Júnior.

9h30 – AGRICULTURA

Extensão rural – Audiência pública discute as políticas públicas para o desenvolvimento rural e o papel da assistência técnica e extensão rural. Foram convidados os governadores de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente, Alcides Rodrigues, Blairo Maggi e André Puccinelli; o presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural, José Silva Soares; o diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Argileu Martins da Silva; e o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil, Aldo de Jesus Filho.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Habituação – Os senadores debatem a política habitacional com a secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães; a superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, Bernadete Maria Pinheiro; e o vice-presidente da Câmara

Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins. Antes, a comissão amplia a galeria de ex-presidentes da comissão com a colocação do retrato de Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE em 2007/2008.

10h30 – EDUCAÇÃO

Eleição – Eleição do vice-presidente para o biênio 2009/2010. Depois, a comissão analisa projeto que inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituição privada de ensino. Está ainda incluído projeto que cria centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Carbono – Na pauta, projeto que modifica a lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo poder público.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA/AMAZÔNIA

Amazônia Legal – As comissões realizam a 2ª audiência para discutir o sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal. Devem participar do debate, entre outros, o conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Lauro Morhy; o coordenador-geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia, Imar

César de Araújo; a diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ima Célia Guimarães Vieira; e o presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Cotas – Com 50 itens na pauta, a comissão examina texto que reúne vários projetos que reservam vagas nas instituições públicas de nível superior a estudantes egressos de escolas públicas. Vota ainda a indicação presidencial de Roberto Monteiro Gurgel Santos para exercer o cargo de procurador-geral da República, na vaga de Antonio Fernando de Souza. Consta ainda da pauta projeto de emenda à Constituição (PEC) que atribui competência privativa ao Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas. Outra PEC, veda, por dez anos, quaisquer limitações à execução das dotações orçamentárias destinadas ao reaparelhamento, modernização e à pesquisa e desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Salário – Comissão examina projeto que dá aos empregados o direito de escolher instituição financeira e agência para depósito de sua remuneração.

Quinta-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

Aviação – A comissão debate a modernização e a expansão da infraestrutura aeroportuária e regulamentação do transporte aéreo de passageiros. Foram convidados, entre outros, a

diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira, e o presidente da Infraero, Cleonilson Nicácio Silva.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Crimes hediondos – Audiência pública sobre projeto que altera o Código Penal para tipificar o sequestro-relâmpago como crime hediondo. Foram convidados o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, José Carlos Cosenzo; o presidente da OAB, Raimundo Cezar Brito Aragão; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Aírton Mozart

Valadares Pires; o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal, Jairo Lourenço de Almeida; e a juíza aposentada e integrante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Maria Lúcia Karam.

Sexta-feira

10h – PROCESSO PENAL

Reforma – A proposta de mudança do Código de Processo Penal vai ser discutida no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. O governador do estado, Eduardo Campos, está entre os convidados.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – As votações devem ser obrigatoriamente iniciadas com o projeto de lei de conversão (PLV 12, proveniente da MP 460/09) que trata do programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as funções de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Consta ainda na pauta, duas MPs que abrem créditos extraordinários

para diversos órgãos de Executivo.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

10h – Sessão especial – Homagem ao maestro Sílvio Barbato, uma das vítimas do acidente com o avião da Air France no dia 31 de maio deste ano.

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

Sarney apresenta certidão para comprovar ter declarado casa

Em nota oficial distribuída na sexta-feira, o presidente do Senado, José Sarney, informa que declarou à Receita Federal, ao Senado e ao Tribunal de Contas da União (TCU) a posse da casa onde reside, no Lago Sul, em Brasília. Sarney apresentou ainda certidão do TCU confirmando que o imóvel consta nas cópias de suas declarações do Imposto de Renda de 1999 a 2007, arquivadas no tribunal.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, nas duas eleições disputadas por Sarney depois da compra (1998 e 2006), a casa avaliada em R\$ 4 milhões onde ele mora não teria sido incluída nas declarações de bens apresentadas por ele à Justiça Eleitoral. Na nota, o presidente do Senado explica que o imóvel foi comprado em leilão público em agosto de 1997 e quitado em dez parcelas – pe-

ríodo em que ficou sob posse do antigo proprietário e, por isso, não foi incluído na declaração de 1998.

Diz ainda que, por esquecimento, o imóvel foi omitido quando foi feita a atualização patrimonial na declaração de bens à Justiça Eleitoral em 2006.

O jornal diz ainda que, segundo documentos de cartório, o senador comprou a casa do banqueiro Joseph Safra em 1997 por um contrato de gaveta. Conforme a nota do presidente do Senado, somente a formalização do imóvel em escritura se realizou em 2007.

De acordo com a assessoria da Presidência do Senado, esses esclarecimentos estavam prometidos aos repórteres de *O Estado de S. Paulo* para sexta-feira, mas o jornal publicou reportagem antes de recebê-los.

Virgílio: presidente do Senado só se sustenta com apoio do Planalto

De acordo com Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Sarney “não tem mais legitimidade para continuar na Presidência do Senado, já que não faz outra coisa senão explicar novas denúncias em torno de seu nome”.

– O Senado tem um presidente que se sustenta no cargo graças ao prestígio de Lula, o que é uma suprema humilhação. Tem um presidente que é um pato manco – afirmou, citando expressão da política americana que se refere à falta de força de governantes em fim de mandato.

O senador afirmou que transformações na Casa podem vir a acontecer em decorrência de denúncias. “A mudança profunda, por incrível que pareça, vai vir da mudança de todos nós que cometemos pequenos pecados, pequenos deslizamentos”, disse.

Virgílio também listou os requerimentos que apresentou recentemente à Mesa, “ainda não atendidos”. Um deles solicita as listas de servidores cedidos a outros órgãos ou que foram requisitados, da lotação dos efetivos e comissionados, e de diversos dados sobre os terceirizados. Outros requerimentos

pedem a relação dos funcionários que fizeram cursos no exterior e a dos contratados por convênio do Interlegis com o Pnud (órgão das Nações Unidas).

O último documento solicita que, no relatório da sindicância que investiga o ex-diretor geral da Casa Agaciel Maia, seja incluído pedido para quebra do sigilo bancário do servidor. Na presidência dos trabalhos, Mão Santa informou que todos os requerimentos foram formalizados junto à Mesa.

Para líder do PSDB, Sarney só tem se dedicado a dar explicações

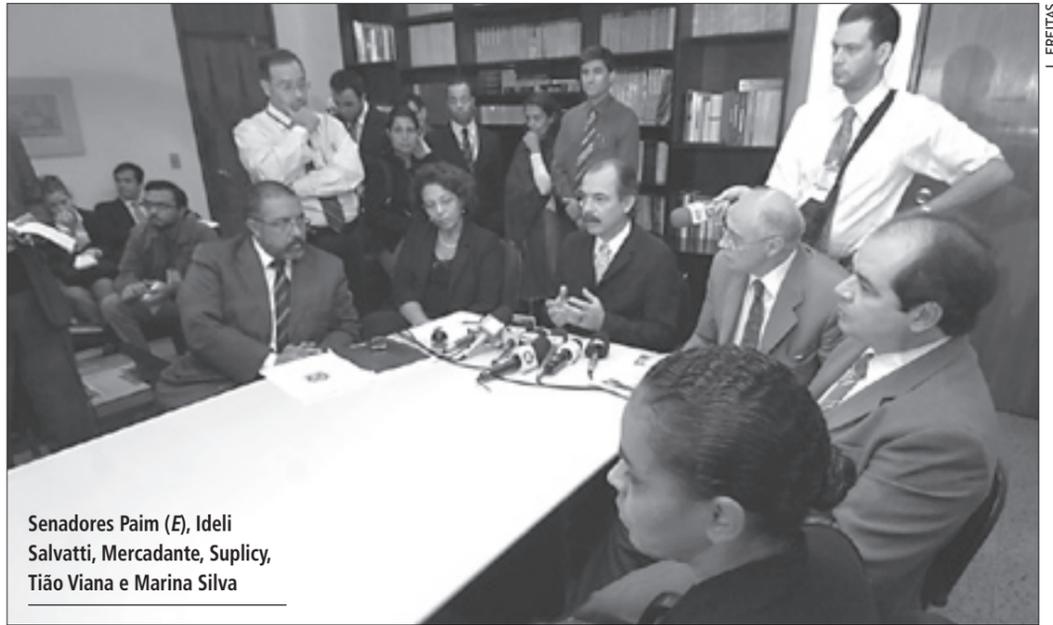
Lula está agindo em defesa de seu próprio governo, diz Heráclito

Ao comentar a defesa do presidente Lula para a permanência de Sarney na Presidência do Senado, o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que Lula está agindo em defesa de seu próprio governo, já que Sarney pode ser peça importante na garantia da governabilidade. Heráclito afirmou ainda que, depois de um “jantar pedagógico” com Lula, é possível que a bancada do PT estabilize sua posição sobre a licença de Sarney.

– Não estamos entendendo o PT: de manhã está contra e de tarde está a favor – disse.



Heráclito diz esperar “estabilização” da posição do PT quanto à licença de Sarney da Presidência do Senado



Senadores Paim (E), Ideli Salvatti, Mercadante, Suplicy, Tião Viana e Marina Silva

Paim diz que Lula não “enquadrou” bancada

Senadores do PT se reúnem nesta terça-feira para discutir apoio ao presidente José Sarney e proposta de lei de responsabilidade administrativa para a Casa

A bancada do PT vai se reunir nesta terça-feira para tomar uma posição a respeito da crise no Senado. A informação foi dada na sexta-feira pelo senador Paulo Paim (PT-RS), em discurso no Plenário. Paim relatou o encontro, na quinta-feira, dos senadores do partido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que defendeu apoio ao presidente do Senado, José Sarney.

– A bancada vai analisar a posição do presidente [Lula], que em nenhum momento enquadraram a bancada. O presidente colocou a sua posição em nome da governabilidade, em nome da democracia, em nome desta Casa e do Congresso Nacional, pensando, naturalmente, na importância da política de apoio aos projetos do governo aqui no Congresso – disse Paim.

Em apertados, os senadores Mo-

zarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) observaram que o presidente Lula não está interferindo em assuntos do Senado, mas sim se preocupando legitimamente com a instituição.

Paim também elogiou a aprovação pela Câmara dos Deputados de proposta (PEC 231/95) que reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salário.

Mercadante: Lula teme ameaça à governabilidade

O líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), disse ter sustentado junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a proposta da bancada pelo afastamento temporário do senador José Sarney da Presidência do Senado. Segundo Mercadante, apesar de defender que se aprofundem as investigações das denúncias e se apurem

responsabilidades por eventuais desvios, o presidente da República discordou da licença de José Sarney do cargo, temendo que se coloque em risco a governabilidade do país.

– O presidente Lula acha que Sarney dificilmente voltará [caso se licencie] e que esse processo vai gerar uma crise mais profunda, o que é de interesse da oposição, que, por meio do “tapetão”,

pretende controlar politicamente o Senado e aumentar as dificuldades para o governo – afirmou Mercadante.

O senador disse que “a bancada não vai abdicar da luta por uma reforma profunda no Senado. Esta semana, o senador Tião Viana (PT-AC) deverá apresentar proposta de uma lei de responsabilidade administrativa para o Senado.

Suplicy cobra atuação do Conselho de Ética

Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou em Plenário que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que ainda não se reuniu este ano, comece a trabalhar logo na averiguação completa dos problemas do Senado. Segundo ele, a atenção deve ser voltada não apenas a fatos relacionados ao presidente José Sarney, mas a todos os senadores e problemas administrativos. Isso precisa ser feito, disse, para que o Senado possa dar exemplo de transparência.

Cristovam pede luta pelo Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou em discurso para o risco de perda de autonomia do Senado, enfraquecido também pela atual crise. – Hoje nós somos um Poder imprensado entre dois, entre o Poder Judiciário, com suas leis, e o Poder Executivo, com suas medidas provisórias. Nós temos que lutar pela nossa autonomia – afirmou o senador.

AUDITORIA

José Sarney pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que realize auditoria “de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial” nos contratos do Senado e na folha de pagamentos da Casa, inclusive dos estagiários. O ato foi publicado no *Diário Oficial da União* na sexta-feira.

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

O presidente do Senado, José Sarney, designou o diretor da Secretaria de Controle Interno, Eduardo Torres, para fornecer documentos e informações à Polícia Federal referentes a empréstimos consignados para servidores da Casa. A pedido de Sarney, inquérito foi instaurado para apurar denúncias de irregularidades nos empréstimos.

comissões

Agentes de saúde poderão ganhar R\$ 960

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos obriga estados e municípios, com a ajuda da União, a pagar piso salarial à categoria

Os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias com formação profissional de nível médio poderão ter piso salarial de R\$ 960 em todo o país, corrigido anualmente e para uma jornada semanal de 40 horas. A proposta de Patrícia Saboya (PDT-CE), aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), prevê ainda a obrigatoriedade de concurso público para a contratação de novos agentes, e que o piso seja implantado de forma progressiva, um ano a partir da entrada em vigor da lei.

O projeto (PLS 196/09), que segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), obriga a União a ajudar estados e municípios a cumprirem o piso, além de condicionar as transferências



JOSÉ CRUZ

Proposta de Patrícia Saboya, relatada por Cícero Lucena, condiciona os repasses do SUS à comprovação do pagamento da remuneração mínima



GERALDO MAGELA

de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) – dentro do chamado Piso Variável de Atenção Básica – à comprovação do pagamento do piso.

Os agentes de saúde atuam em comunidades carentes na prevenção de doenças e preservação

da saúde e, conforme Patrícia, seu trabalho vem produzindo bons resultados em todo o país, tornando a categoria “indispensável” aos programas governamentais. Apesar disso, ela afirma que esses profissionais ainda não recebem “retribuição condigna”.

CE vai identificar município que não paga o piso

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai criar um grupo de trabalho para identificar os municípios brasileiros que não estão cumprindo o piso nacional do magistério, fixado em R\$ 950 para os professores de educação básica, em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2009.

O grupo, que contará com a ajuda do Conselho Nacional

dos Secretários de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e o apoio do Tribunal de Contas da União, também fará um diagnóstico da implementação do plano de carreira do magistério, cujo prazo termina no fim de 2009.

Muitos municípios alegam não ter condições de pagar o piso salarial e nem de promover planos

de carreira para os professores. Alguns governadores chegaram a questionar na Justiça a constitucionalidade da medida, aprovada por unanimidade no ano passado pelo Congresso.

Cristovam Buarque (PDT-DF), autor da lei do piso salarial, voltou a defender uma carreira nacional do magistério da educação básica.

Médicos querem ficar fora de projeto de cooperativas

O representante do Conselho Federal de Medicina e da Associação dos Médicos do Brasil, Roberto Gurgel, pediu a exclusão desses profissionais do projeto que regulamenta as cooperativas de trabalho, durante debate promovido pela Comissão de Assuntos Sociais. Segundo ele, a natureza específica do trabalho do médico, um profissional liberal, requer condições próprias de organização bem diferentes das previstas no projeto já aprovado na Câmara (PLC 131/08). O relator da proposta, Renato Casagrande (PSB-ES), prometeu ouvir todas as categorias profissionais e atendê-las no que for possível.

Paim falará com ministro sobre greve no INSS

A Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência para discutir como pôr fim à greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em 20 estados e no Distrito Federal, que já dura 16 dias. Atendendo a sugestão de José Nery (PSOL-PA), o presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, Paulo Paim (PT-RS), vai pedir audiência com o ministro da Previdência, José Barroso Pimentel, para discutir a possibilidade de anulação da norma que ampliou a jornada de trabalho no INSS de seis para oito horas diárias, principal motivo da greve dos funcionários do órgão.

Projeto inclui decisão de conselho sobre livro didático

As decisões sobre a política do livro didático para escolas públicas e privadas incluirão a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), de acordo com projeto (PLS 311/06) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ideia da autora, Patrícia Saboya (PDT-CE), é que a câmara colabore ativamente com o Ministério da Educação na execução da política do livro didático. Sua participação deverá incluir a seleção de conteúdo, a escolha dos títulos e a definição de prazos para adoção pelas escolas, seja para uso dos estudantes, seja para inclusão nos acervos das bibliotecas.

Patrícia Saboya entende que os conteúdos dos livros distribuídos em massa não preservam a autonomia de cada escola para adaptar o ensino à sua proposta pedagógica. Os livros adotados costumam privilegiar autores do eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, privando os alunos do Norte e Nordeste dos benefícios de uma visão regional. Outra preocupação da senadora é com a rotatividade dos títulos, que contribui para aumentar os custos do sistema.

O relator, César Borges, apresentou voto pela aprovação, com emenda. O projeto agora será votado pela Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo.

Lei deve mudar para proteger honra e dignidade

A Comissão de Direitos Humanos aprovou substitutivo da Câmara a projeto do Senado (PLS 114/97) que prevê a responsabilização judicial por danos à honra e à dignidade de grupos étnicos, raciais ou religiosos.

– A ideia de direitos humanos tem como base o princípio de que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos. Nesse sentido, discriminação e perseguição com base na raça, na etnia ou na religião são claras violações desse princípio – avaliou Paulo Paim (PT-RS), relator da matéria, que vai agora à Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão nacional para avaliar material didático

A CCJ aprovou projeto de Paulo Paim (PT-RS) que cria a Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático para verificar a existência de discriminação ou preconceito por motivo de raça, cor, etnia, religião, procedência, deficiência, gênero e opção sexual.

Deverão fazer parte dessa comissão representantes dos órgãos federais de educação, cultura, direitos humanos, minoria e cidadania; dos sistemas de ensino dos estados e municípios; e da sociedade civil, além de historiadores, antropólogos e outros especialistas. O projeto será votado ainda pela Comissão de Educação.

AUDIOVISUAL

Os projetos de aprimoramento de profissionais da área audiovisual – como operadores de câmera e de áudio – poderão receber recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura, conforme projeto aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (PLS 332/06). A CE aprovou também proposta que impede cortes orçamentários em educação, saúde e assistência, mesmo se municípios e estados estiverem inadimplentes (PLS 31/09).

EDUCAÇÃO

Uma nova composição para as câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, do Ministério da Educação, foi aprovada pela CCJ. Elas serão formadas por 24 conselheiros, entre eles, como membros natos, o secretário de Educação Fundamental, na Câmara de Educação Básica; e, na Câmara de Educação Superior, o secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e nomeados pelo presidente da República.

projetos aprovados

De 29 de junho a 3 de julho

- ➔ **PLS 369/03**, de Alvaro Dias (PSDB-PR): autoriza cooperativas de crédito agrícolas e agroindustriais, associações de produtores rurais e demais pessoas jurídicas que operem no setor agroindustrial a emitirem títulos da dívida de agronegócios. Aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), vai à Câmara.
- ➔ **PLS 332/06**, do ex-senador Roberto Saturnino: cria mecanismos de financiamento para o aprimoramento profissional em áreas audiovisuais com recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Aprovado pela Comissão de Educação (CE), vai à Câmara.
- ➔ **PLS 422/08**, de Raimundo Colombo (DEM-

- SC): institui o dia 24 de julho como o Dia Nacional do Suinocultor. Aprovado pela CE, vai à Câmara.
- ➔ **PLS 20/09**, de Papaléo Paes (PSDB-AP): institui o Dia Nacional da Cidadania, em 5 de outubro. Aprovado pela CE, vai à Câmara.
- ➔ **PLC 126/09**, do presidente do STJ: cria 230 varas federais. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), vai à Câmara.
- ➔ **PLS 136/03**, do ex-senador Paulo Octávio: permite às empresas armazenar, em meio magnético, os livros comerciais chamados Livro Diário e Livro Razão. Aprovado pela CCJ, vai à Câmara.
- ➔ **PLC 117/09**, do deputado Flávio Dino: cria

- normas para os processos provenientes do Superior Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal Federal. Aprovado pela CCJ, vai à Câmara.
- ➔ **PLS 311/06**, de Patrícia Saboya (PDT-CE): atribui à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação a responsabilidade de deliberar sobre a política do livro didático e de colaborar na sua execução. Aprovado na CE, vai à Câmara.
- ➔ A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou 41 projetos que permitem a execução de serviços de radiodifusão em diversos estados.
- ➔ A Comissão de Educação aprovou três projetos que criam centros federais de educação techno-

- lógica nos estados do Paraná, Paraíba e Piauí; cinco que criam escolas técnicas no Paraná; e a criação de uma escola agrotécnica federal em Rondônia.
- ➔ Sérgio Feltrin Corrêa, Adilson Gurgel de Castro, Almino Afonso Fernandes, Sandra Lia Simon e Maria Ester Henrique Tavares foram aprovados pelo Plenário para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e Diaulas Costa Ribeiro tiveram seus nomes rejeitados.
- ➔ Roberto Abdalla foi aprovado pelo Plenário para exercer o cargo de embaixador junto ao Kuwait e Bahrein.

justiça

Simon cobra número único de registro civil

Senador apela ao governo pela instituição da medida, conforme lei de 1997 não implementada e que já foi alterada pela CCJ na semana passada

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo ao governo para que regulamente a Lei 9.454/97, que instituiu o número único de registro de identidade civil e que teve origem em projeto do parlamentar. Aprovado pelo Senado em 1996 e pela Câmara em 1997, no mesmo ano a lei foi sancionada. O texto determina que o Executivo providenciará, em 180 dias, a regulamentação da lei e, em 360 dias, o início de sua implementação.

Na última quarta-feira, no entanto, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou parecer do senador Almeida Lima (PMDB-SE) favorável a projeto do deputado Celso Russomano (PP-SP) que altera a Lei 9.454/97 para definir que, à medida que forem sendo adquiridos, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), as carteiras de trabalho e habilitação, passaporte



Simon com um modelo de documento único: senador critica decisão da CCJ e lembra que já existe lei em vigor prevendo a unificação dos cadastros

e quaisquer outros documentos necessários ao cidadão terão o mesmo número do registro de identidade civil. O projeto, que segue para o Plenário, também prevê que o registro de identidade civil conterà o tipo e o fator sanguíneos do portador e que, a pedido do titular, a carteira de

identidade poderá ter carimbo comprobatório de deficiência física, desde que devidamente atestada pela autoridade de saúde competente.

– Não é necessário uma nova lei, basta apenas regulamentar a que já existe e está em vigor – afirmou Simon.

Proposta simplifica obtenção da licença para casamento

Como forma de ajudar a desafogar o Judiciário, abarrotado de processos em todas as suas instâncias, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta que dispensa da homologação judicial a habilitação para casamento (o que se conhece como “proclamas” do casamento).

Pelo projeto (PLC 38/07), do Poder Executivo e já aprovado pela Câmara, a habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do registro civil, com a

respectiva audiência do Ministério Público. Caso haja impugnação do oficial, do Ministério Público ou de terceiros, aí sim caberá ao juiz analisar a homologação.

Hoje, pelo novo Código Civil (Lei 10.406/02), a habilitação é feita perante o oficial do registro civil e, após a audiência do MP, é endereçada ao juiz para posterior homologação.

O projeto segue agora para votação do Plenário do Senado Federal.

Magno Malta critica STJ por absolver pedófilos

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), criticou a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 17 de junho, que absolveu dois homens acusados de explorar sexualmente três adolescentes no Mato Grosso do Sul. Para Malta, a decisão “envergonha a todos porque não existe criança prostituta nem prostituição infantil”, mas sim jovens induzidas a isso.

Segundo Malta, os ministros do STJ julgaram o caso sem levar em consideração modificação feita no Estatuto da Criança e do Adolescente, por uma lei do ano passado proposta pela própria CPI, justamente para criminalizar condutas relativas à pedofilia.

Quatro anos de cadeia por venda de bebida a menor

Projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) torna explícito, no Estatuto da Criança e do Adolescente, que vender ou ofertar bebida alcoólica a crianças é crime, ficando ainda estabelecida a pena de seis meses a quatro anos de prisão para quem infringir a norma. A matéria ainda será analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor da proposta, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), explica que têm sido frequentes as controvérsias decorrentes do fato “de não haver expressa tipificação penal para a venda de bebida alcoólica para menores”.

TERRAS INDÍGENAS

As Forças Armadas e a polícia poderão ter livre trânsito e acesso às reservas indígenas para realizar operações e outras atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública. Projeto do senador Augusto Botelho (PT-RR) foi aprovado pela CCJ na semana passada.

TRABALHO ESCRAVO

Bens públicos pertencentes à União ou a entidades da administração indireta federal poderão não mais receber o nome de pessoa viva ou figura histórica condenada pela exploração de mão de obra escrava, decidiu a CCJ, ao aprovar o PLS 377/05, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), com emendas do relator, Gilvam Borges (PMDB-AP).

AJUDA A MINISTROS

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderão ter o auxílio de desembargadores e juizes para auxiliar nos interrogatórios e outros atos necessários à instrução dos processos, diz o PLC 117/09, também aprovado pela CCJ.

MAIS 230 VARAS

Duzentas e trinta novas varas federais de Justiça poderão ser criadas, conforme projeto aprovado pela CCJ em decisão terminativa (só irá a Plenário caso haja recurso de um décimo dos senadores). O objetivo é interiorizar a Justiça Federal de primeiro grau e implantar juizados especiais federais.

Juizes e MP rejeitam projeto sobre prerrogativas dos advogados

Representantes de associações de membros do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal pediram a rejeição do projeto que torna crime a violação a direitos e prerrogativas dos advogados, alertando para os riscos de quebra de harmonia no ambiente forense caso a matéria seja transformada em lei. O apelo foi feito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o texto começou a tramitar, depois de ser aprovado na Câmara dos Deputados.

– O único objetivo desse projeto é criminalizar o ambiente forense e a convivência pacífica que sempre existiu entre advogados, juizes e integrantes do Ministério Público – afirmou Fernando Cesar Baptista, presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe).

O projeto em exame prevê prisão de seis meses a dois anos para quem praticar atos que impeçam ou limitem a atuação profissional dos advogados, causando prejuízos à defesa dos clientes.

Os expositores lembraram que já existem mecanismos legais e administrativos para garantir aos advogados a defesa de suas prerrogativas. Além de ações judiciais com base na Lei de Abuso de Autoridade, os prejudicados, como lembrado, podem formular denúncias às corregedorias da Justiça e do Ministério Público e fazer representações juntos aos conselhos nacionais que fiscalizam e controlam a atuação dessas instituições e de seus membros – o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

CDH debaterá Guerrilha do Araguaia e terras na Amazônia

Em 15 de julho, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debaterá a Guerrilha do Araguaia, baseada em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* na qual o ex-capitão do Exército e ex-deputado, Sebastião Curió, relatou a morte, pela ditadura militar, de mais 16 pessoas (dadas como desaparecidas durante a guerrilha), além daquelas já oficialmente contabilizadas.

– É absolutamente necessário que tenhamos aqui representantes da Comissão de Anistia e do Grupo Tortura Nunca Mais para indagar sobre a participação e o paradeiro dos restos mortais

dos desaparecidos. Essa é uma exigência de todos que lutam em defesa dos direitos humanos e contra os crimes da ditadura – disse José Nery (PSOL-PA).

Por sugestão de Marina Silva (PT-AC) e concordância do presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo, José Nery, a CDH decidiu também que essa subcomissão será fundida à que foi criada para tratar do acompanhamento da regularização fundiária na Amazônia. Marina argumentou que dos 67 milhões de hectares a serem regularizados, apenas 7 milhões estão destinados a pequenos posseiros.

agora é lei

50 mil imigrantes ganham chance de regularizar situação no país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na última quinta-feira, lei que regulariza a presença de cerca de 50 mil imigrantes no Brasil. A nova regra (Lei 11.961/09) determina que todos os estrangeiros que tenham ingressado no Brasil até 1º de fevereiro de 2009 e estejam em situação migratória irregular poderão requerer residência provisória por dois anos, a qual poderá ser transformada em permanente 90 dias antes do término desse prazo.

Os beneficiados terão os mesmos direitos e deveres dos brasileiros, exceto os privativos a quem nasceu no país. Mas garantirá a liberdade de circulação em território nacional, pleno acesso ao trabalho remunerado, à educação, à saúde pública e à Justiça.

A estimativa do Ministério da Justiça é que a anistia possa

beneficiar entre 50 mil e 60 mil estrangeiros irregulares, principalmente chineses e sul-americanos.

A proporção de imigrantes em comparação com a população brasileira, de cerca de 190 milhões, é de aproximadamente 0,45%. Hoje cerca de 4 milhões de brasileiros vivem no exterior. As principais nacionalidades que residem no Brasil regularmente são, segundo dados do Ministério da Justiça, portugueses (270 mil), japoneses (92 mil) e italianos (69 mil).

A decisão segue o caminho contrário de outras nações, em geral as mais ricas, que vêm discutindo formas para conter, principalmente, a imigração econômica, que faz com que indivíduos de países pobres busquem melhores oportunidades.

Congresso examina 250 projetos que regulam profissões

Apenas sete categorias profissionais tiveram sua reivindicação traduzida em lei nos últimos dez anos. Presidentes vetaram parte dos projetos aprovados

Mais de 250 projetos de lei, no Senado e na Câmara, propõem a regulamentação de profissões, algumas delas controversas, como disc-jôquei, esteticista, gastrólogo, barista, guarda de guaritas, musicoterapeuta e investigador particular. Apesar da profusão de propostas, apenas sete delas viraram leis nesta década. As mais recentes, para oceanógrafos e bombeiros civis (esta em janeiro passado), elevaram o total de profissões regulamentadas para 84. Em compensação, diversos projetos aprovados no Congresso foram vetados pelos últimos presidentes da República, como os referentes às atividades de musicoterapeuta, turismo, supervisor educacional e até arquiteto e urbanista. Quase sempre os vetos decorrem do questionamento da legalidade da criação, paralela à regulamentação, de conselhos profissionais federais de fiscalização, a exemplo

Lei era necessária para garantir direitos sociais ao cidadão

No início do século 20, ofícios eram regulamentados para que o cidadão pudesse ter acesso a direitos sociais. Sem esse reconhecimento, ele não podia contribuir para a Previdência Social ou pedir empréstimo em banco, por exemplo. Hoje, isso deixou de ser necessário. A Classificação Brasileira de Ocupações, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, criada em 1982 e que já descreve 2.560 profissões, já é um reconhecimento da profissão. – Se o ministério reconhece, por que os outros órgãos não vão reconhecer? – questiona Jenner de Moraes.

Modelo brasileiro é único no mundo

No Brasil, uma pessoa pode ser eletricitista sem praticamente qualquer controle. É só montar a sua lojinha ou banquinha. Já nos Estados Unidos, são exigidos exames de capacitação e uma certificação federal. E a atuação é permanentemente acompanhada pelas autoridades.

As cerca de 90 profissões regulamentadas no Brasil colocam o país na média mundial. A França registra 85 e Portugal, 132 ofícios regulamentados, fazendo jus à tradição “cartorial”.

dos 29 já existentes para ocupações como médico, engenheiro, advogado, psicólogo (*leia mais abaixo*).

Na visão do legislador, importa dar aos trabalhadores um guarda-chuva legal que os legitime perante a sociedade. Para o Ministério do Trabalho, além de em geral desnecessárias, as tentativas de regulamentação profissional contribuem para ampliar o emaranhado legal. O governo argumenta que já existem 2.560 profissões reconhecidas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que seria mais do que suficiente para atender a qualquer necessidade de reconhecimento que o trabalhador possa ter.

Projetos atendem a reivindicações

Se no passado a providência era importante para assegurar cidadania a uma grande legião de trabalhadores, hoje isso já não é mais necessário, afirma o

Conselhos são polêmicos na própria definição

Há grande confusão sobre a classificação jurídica dos conselhos profissionais. A questão, se são públicos ou privados, foi parar no STF. As leis federais que criam tais conselhos não têm padrão e ampliam a confusão. Algumas preveem autonomia administrativa e financeira, outras atribuem “personalidade jurídica de direito público”. Em 1998, em medida provisória, o governo tentou dar aos conselhos personalidade jurídica de direito privado, mas parte da lei (9.649/98) foi suspensa no STF.

O modelo brasileiro, com conselhos federais fiscalizadores, não tem paralelo no mundo. Nos demais países, as ordens profissionais costumam assessorar o Estado na fiscalização e em processos por conduta antiética ou imperícia.

Em janeiro passado, porém, membros do governo chinês, economistas e inspetores trabalhistas visitaram o Brasil para conhecer o modelo brasileiro por achar que ele pode dar ordem ao mercado de trabalho de seu país.

coordenador da Comissão Técnica do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, Jenner de Moraes.

Essa cultura, talvez herança portuguesa (lá são 132 profissões regulamentadas), está arraigada na sociedade. Os projetos são apresentados por reivindicação das categorias profissionais, ainda que não exista consenso nem mesmo dentro delas. Economistas são um exemplo.

A própria educação superior está atrelada às profissões tradicionais. Em 2003, do total de 16.453 cursos e (ou) programas de graduação existentes, nada menos que 11.022 (67%) eram referentes a apenas 43 das profissões hoje regulamentadas. Em termos de alunos, 78% dos 3.887.022 estudantes do ensino superior estavam matriculados nesses cursos, segundo o instituto DataBrasil – Ensino e Pesquisa, com base no Censo da Educação Superior do MEC.

Governo e ministro do TST criticam proliferação

Há cerca de dois anos, na Comissão de Assuntos Sociais, o coordenador de registros profissionais do Ministério do Trabalho e Emprego, Francisco Gomes, disse que os projetos de regulamentação não contribuem necessariamente para melhorar as condições de trabalho. Gomes classificou algumas das propostas de “esdrúxulas”.

Já o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra Filho afirmou que a multiplicação de profissões produz efeitos negativos, como reserva de mercado, corporativismo e proliferação de sindicatos.

Regulamentação

Em troca dos benefícios, maiores responsabilidades

garantias

A regulamentação é o caminho que grupos profissionais escolhem para conseguir garantias para o exercício de sua atividade, por meio de leis e outras resoluções dos poderes públicos (como decretos, instruções normativas, portarias etc.).

reserva de mercado

Em muitos casos, a regulamentação é confundida com uma espécie de reserva de mercado, na medida em que a lei restringe a atuação no segmento profissional apenas àqueles que tenham a qualificação e (ou) habilitação exigida.

desenvolvimento

Com a regulamentação, uma classe comum de profissionais acredita ser possível desenvolver-se mais ativamente e de acordo com o perfil mercadológico que os atende e abrange.

- Administrador
- Advogado
- Aeronauta
- Agente comunitário de saúde
- Arquivista/Técnico de arquivo
- Artista/Técnico em espetáculos de diversões
- Assistente social
- Atleta de futebol
- Atuário
- Bibliotecário
- Biólogo
- Biomédico
- Bombeiro civil
- Contabilista
- Corretor de imóveis
- Corretor de seguros
- Despachante aduaneiro
- Economista
- Economista doméstico
- Educador físico
- Empregado doméstico
- Enfermeiro
- Engenheiro de segurança
- Engenheiro/Arquiteto/Agrônomo
- Enólogo e Técnico em enologia
- Estatístico
- Farmacêutico
- Fisioterapeuta/Terapeuta ocupacional
- Fonaudiólogo
- Geógrafo
- Geólogo
- Guardador e lavador de veículos
- Jornalista
- Leiloeiro
- Leiloeiro rural
- Massagista
- Médico veterinário
- Médico
- Museólogo
- Músico
- Nutricionista
- Oceanógrafo
- Odontólogo
- Orientador educacional
- Peão de rodeio
- Pescador profissional
- Psicólogo
- Publicitário/Agenciador de propaganda
- Químico
- Radialista
- Relações públicas
- Representante comercial autônomo
- Secretário/Secretário-executivo/Técnico em Secretariado
- Sociólogo
- Técnico em prótese dentária
- Técnico em radiologia
- Técnico em saúde bucal e auxiliar em saúde bucal
- Técnico industrial
- Zootecnista

Em geral, a regulamentação em lei de uma profissão:

- ✖ Assegura o exercício profissional apenas aos que comprovarem capacidade, formação e outras exigências definidas nas leis (e nas regras de um eventual conselho).
- ✖ Permite, por meio das convenções trabalhistas (acordos entre patrões e empregados), a fixação de um **salário-base** para a categoria.
- ✖ Define regras em um **código de conduta** ética, essencial para que o profissional seja responsabilizado por seus atos, tanto do ponto de vista técnico como moral.
- ✖ Habilita a criação, no **serviço público**, de carreiras específicas, com os respectivos planos de cargos e salários.

Mais de **200** projetos regulamentando profissões foram apresentados no Congresso nos últimos dez anos. Existe até uma Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, criada em 2004. Estão registradas **2.560** diferentes ocupações profissionais pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com mais de 7.258 títulos sinônimos. Em 2003, dos **16.453** cursos e (ou) programas de graduação existentes no país, nada menos que **11.022** (67%) eram referentes a apenas **43** das profissões hoje regulamentadas.

PROFISSÕES

43

2.517



CURSOS

Fontes: Classificação Brasileira de Ocupações, Diário Oficial da União, Ministério do Trabalho e Emprego, InpeMEC, Câmara e Senado.



Disc-jôquei em ação no Distrito Federal: um dos projetos de lei em tramitação no Congresso quer regulamentar a profissão. Propostas buscam dar status ao ofício e proteger a população dos maus profissionais

Para STF, liberdade de expressão está acima da regulamentação do jornalismo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou inconstitucional a exigência do diploma de jornalismo para o exercício da profissão reacendeu a polêmica sobre a regulamentação das profissões no país. O questionamento partiu do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de São Paulo (Sertesp) e do próprio Ministério Público Federal.

A polêmica se arrastava havia décadas. Só no STF, desde 2001. Já em 2006, em julgamento de medida cautelar, o Supremo garantiu o direito de exercer a atividade aos jornalistas que já atuavam na profissão, independentemente do registro.

Relator do caso, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, votou contra a obrigatoriedade. Para ele, a Constituição de 1988, ao garantir a “ampla liberdade de expressão”, não teria ficado em sintonia com o Decreto-Lei 972, de

1969, que exigia o diploma.

– O jornalista é um profissional diferenciado por se dedicar inteiramente à liberdade de expressão. A formação acadêmica não pode ser a única responsável pela formação do profissional, mas deve servir como base.

Depois da decisão do STF, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) reuniu 40 assinaturas e apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para tornar obrigatória a exigência do diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista, além de facultar essa exigência no caso dos colaboradores.

– Com todo o respeito que tenho ao Supremo Tribunal Federal, foi uma decisão equivocada. O jornalista é um profissional cujo trabalho é reconhecido. É uma tradição a legitimidade. O Brasil não pode retroceder – declarou o senador.



Após o julgamento, estudantes de jornalismo foram a Brasília para manifestação em que condenaram a decisão do STF, tomada em 17 de junho passado



Fátima Cleide, Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, Paulo Paim e Gerson Camata são autores de propostas

Projetos beneficiam acupunturista, teólogo e barista

Os projetos que dispõem sobre regulamentação de profissões fazem referência ao fato de que a legislação não acompanha o surgimento de novos ofícios.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) propõe a criação de um conselho federal de acupuntura, mas franqueia o exercício da profissão aos que, “tendo concluído o segundo grau, vêm exercendo comprovada e efetivamente, à data da publicação da lei, as atividades”.

Delcídio Amaral (PT-MS) quer

ver a atividade dos arqueólogos regulamentada. No projeto, cria uma reserva de mercado, o que já foi criticado pelo ministro do TST Ives Gandra. “Em toda missão estrangeira, será obrigatória a presença de arqueólogos brasileiros”, diz o texto.

Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) defende que teólogo seja profissão regulamentada para “afastar profissionais aventureiros que podem causar sérios danos à transmissão científica de conhecimentos”.

Paulo Paim (PT-RS), que quer uma lei para catador de materiais recicláveis, exige para registro do trabalhador apenas a apresentação de identidade, título eleitoral e quitação do serviço militar.

Para Gerson Camata (PMDB-ES), o barista (quem prepara bebidas à base de café) também deve ter sua lei, já que “o preparo dos drinques não mais comporta amadores”. A profissão é a única, entre as citadas, que não está catalogada no Ministério do Trabalho.

Tecnologia dita rumos do futuro mercado de trabalho

Um estudo do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos projetou a evolução potencial dos mercados de trabalho de diversas profissões entre os anos de 2006 e 2016. Pela estimativa, a população economicamente ativa do país atingirá 164,2 milhões de pessoas em 2016.

A queda na oferta de empregos decorre de fatores, como avanços tecnológicos e mudanças administrativas. Até 2016, o órgão aposta que a disseminação dos terminais de autoatendimento ceifará 118 mil vagas no setor bancário. Catorze das 20 ocupações com maior declínio de oferta são ligadas à indústria ou a áreas administrativas, como controladores de estoque. São trabalhadores afetados pela automação, pela informatização dos processos e pela própria dinâmica das fusões e incorporações de empresas.

Por outro lado, o envelhecimento da população catalisa

o crescimento no setor de saúde e para ocupações como cuidadores de idosos e enfermeiras pessoais. O setor de informática também deverá ter crescimento, com destaque para os profissionais capazes de criar e implementar programas (*softwares*).

Na projeção para o período 2006-2016, acredita-se que o setor de serviços gerará 15,7 milhões de novas fontes de emprego e renda, enquanto a produção de bens – “relativamente estagnada desde o início dos anos 1980” – verá uma redução de 3,3% na sua oferta de empregos. Apesar da queda geral no setor, alguns segmentos industriais vão até mesmo ampliar a oferta de vagas. Antecipam-se reduções no setor de manufaturados e no setor primário e extrativista, mas se espera elevação de 1% nos empregos ofertados pelo setor de construção civil (que na década anterior abriu o dobro de vagas).

Regras para eleição do Parlasul devem ser fixadas nesta semana

Congresso corre contra o tempo para aprovar fórmula de escolha dos parlamentares do bloco, que devem ser eleitos em outubro do ano que vem

A data já está marcada: em 1º de janeiro de 2011 tomam posse em Montevideo os primeiros eleitos para as 37 cadeiras inicialmente reservadas ao Brasil no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Para isso, o Congresso Nacional tem que definir até o fim de setembro as regras para a eleição, que ocorrerá junto com o pleito para presidente, senadores, governadores e deputados federais, em 3 de outubro de 2010. É uma corrida contra o tempo, já que a legislação eleitoral tem que ser aprovada com pelo menos um ano de antecedência.

Em junho, a Representação Brasileira no Parlasul delineou uma proposta, que começa a ganhar consenso. A fórmula utilizaria as listas de candidatos fechadas pelos partidos ou coligações em convenções nacionais. Os eleitos seriam os primeiros nomes das listas, em número proporcional aos votos recebidos por agremiação.

As listas seriam submetidas a todos os eleitores do país (circunscrição nacional), representando, da melhor maneira possível, as regiões, as etnias e os gêneros. Em resumo, os eleitores vão escolher um conjunto de candidatos agrupados sob uma mesma legenda, forma de escolha inédita no Brasil, privilegiando o partido.

O relator do assunto na Comissão de Relações Exteriores

(CRE) da Câmara, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), apresenta nesta terça-feira, às 17h, o relatório, que reuniu as sugestões de seus colegas de Parlasul ao projeto (PL 5.279/09) do deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

A estratégia é, a partir de consulta aos líderes partidários na Câmara, aprovar um requerimento de urgência para a proposta ainda na terça e, na quarta, tentar votar o projeto em Plenário. Ficaria faltando então a aprovação no Senado.

Uma das propostas que orienta as discussões, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresenta critérios para distribuição das vagas nas listas entre as regiões brasileiras e entre homens e mulheres (veja infografia). Esses critérios, além de um possível financiamento público da campanha, são pontos polêmicos.

O presidente da representação no Parlasul, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), vai convidar entidades da sociedade civil para opinar sobre a questão. O início da reunião será reservado aos representantes da Reunião Especializada de Mulheres no Mercosul, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc, entidade próxima aos debates do Parlasul), União Parlamentar do Mercosul (que reúne os legislativos estaduais) e Fórum Consultivo Econômico e Social (que representa trabalhadores e empresários do Mercosul).

Fórmula valoriza pleito mais barato e com melhores nomes

Segundo a Representação Brasileira no Parlasul, a fórmula de eleição proporcional com listas fechadas tem diversas vantagens:

* O número de vagas (37) é pequeno e se cada uma das 27 unidades da Federação fizer uma eleição separada, as escolhas seriam praticamente majoritárias (como para o Senado), correndo o risco de deixar minorias sem representação no Parlasul. A prática manda que quanto menor o número de candidatos maior deve ser a circunscrição eleitoral em que eles devem ser eleitos.

* Os partidos terão que incluir nomes de expressão nacional, fiéis às ideias defendidas pela legenda. O critério favorece a formação de grupos políticos com maior facilidade para encontrar afinidades

com representantes de outros países, com ideologias e programas políticos semelhantes no Parlasul, como acontece na União Europeia, contribuindo para a consolidação do órgão de representação do povo do bloco.

* A lista pode ser ordenada de forma a garantir a representação de regiões mais isoladas e menos povoadas, bem como das mulheres e das diferentes etnias.

* Uma campanha eleitoral nacional, com ênfase nas ideias de partidos e de coligações, e não nos candidatos, concentra esforços e, assim, diminui gastos.

* A partir de 2014, quando o número de representantes do Brasil no Parlasul aumentar para 75, as regras poderão ser alteradas.



Parlamentares reunidos para discutir fórmula: tendência majoritária é pela eleição proporcional e nacional, com listas partidárias fechadas

Como serão as eleições para o Parlasul

Os candidatos

Até junho de 2010, partidos ou coligações terão que preparar, em convenções nacionais, listas de candidatos para as 37 vagas reservadas ao Brasil no Parlamento do Mercosul a partir de 2011. Cada partido ou coligação (que poderá ser diferente das coligações formadas para os demais cargos em disputa) poderá listar até 74 candidatos (o dobro dos cargos disponíveis).

A lista

Para organizar a lista de candidatos, os partidos ou coligações deverão observar três critérios obrigatórios:

1 Cota feminina
Pelo menos 30% das vagas devem ser destinadas a mulheres (como acontece para os demais cargos).

- 1º Mário de Andrade (São Paulo/Sudeste)
- 2º Rachel de Queiroz (Ceará/Nordeste)
- 3º Paulo Leminski (Paraná/Sul)
- 4º Cláudio Santoro (Amazonas/Norte)
- 5º Cora Coralina (Goiás/Centro-Oeste)
- 6º Carlos Drummond (Minas Gerais/Sudeste)
- 7º Rui Barbosa (Bahia/Nordeste)
- 8º Anita Garibaldi (Santa Catarina/Sul)
- 9º Dalcídio Jurandir (Pará/Norte)
- 10º Ativos Balcões (Centro-Oeste)

2 Realidade regional
As cinco regiões do país devem estar representadas alternadamente, com preferência para as mais populosas.

3 Equilíbrio
Apresentação de candidatos e candidatas deve ser intercalada.

As eleições



Caso as regras sejam aprovadas a tempo, o eleitor fará em 2010 não seis, mas sete escolhas: um voto para deputado estadual (ou distrital), um para deputado federal, dois para senador, um para governador, um para presidente e um para a lista de candidatos ao

Parlamento do Mercosul do partido ou coligação de sua preferência. A principal diferença para os demais cargos seria a adoção da lista de candidatos, que será nacional, ou seja, o eleitor de Roraima terá como opção as mesmas listas que um eleitor em Santa Catarina, por exemplo. Os partidos farão campanha no horário eleitoral gratuito de rádio e TV. As listas deverão ter ampla publicidade, inclusive nos locais de votação. Com as listas, o eleitor passaria a considerar as propostas do conjunto de candidatos, e não apenas de um nome isolado.

Os eleitos

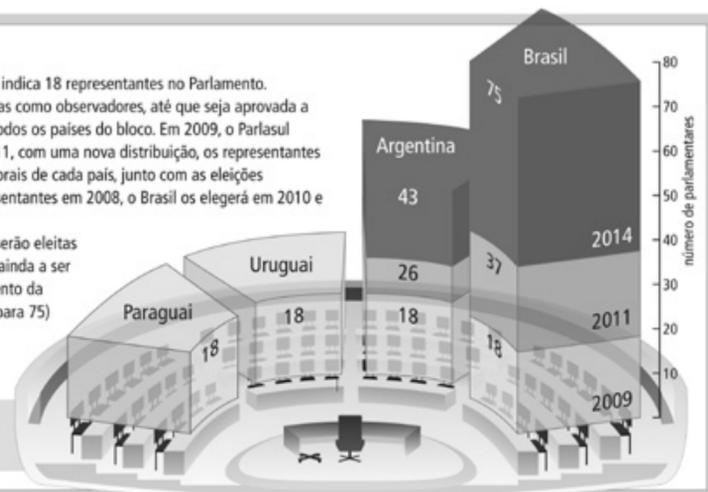
O resultado da eleição deverá observar a proporção dos votos que cada lista de partido ou coligação receber. Veja o exemplo:

- A lista mais votada, da Coligação 1, recebeu 40% dos votos válidos (excluídos os nulos e brancos) e terá direito a 40% dos 37 cargos de parlamentar do Mercosul em disputa, ou seja, 15 cadeiras.
- A segunda lista com maior número de votos, da Coligação 2, obteve 25% dos votos e terá direito ao mesmo percentual em relação às 37 vagas, ou seja, 9 cadeiras.
- Com 20% dos votos, a Coligação 3 conquistaria 7 vagas.
- Os 15% dos votos recebidos pela Coligação 4 resultarão em 6 cadeiras, completando as 37 vagas.
- Se um partido ou coligação não conseguir um mínimo de votos (quociente eleitoral), ficará de fora da divisão das vagas, que seriam então redistribuídas entre aqueles que tiveram votação mais expressiva.

O Parlamento

Atualmente, cada país membro do Mercosul indica 18 representantes no Parlamento. Os parlamentares da Venezuela atuam apenas como observadores, até que seja aprovada a entrada definitiva do país no Mercosul por todos os países do bloco. Em 2009, o Parlasul aprovou um acordo para que, a partir de 2011, com uma nova distribuição, os representantes seriam eleitos de acordo com as regras eleitorais de cada país, junto com as eleições legislativas. O Paraguai já elegeu seus representantes em 2008, o Brasil os elegerá em 2010 e Argentina e Uruguai, em 2011. A partir de 2014, as bancadas de cada país serão eleitas simultaneamente no Dia Mercosul Cidadão, ainda a ser definido. Nessa ocasião, ocorrerá novo aumento da representação do Brasil (que passará de 37 para 75) e da Argentina (de 26 para 43). O acordo ainda precisa ser ratificado pelo Conselho do Mercosul.

Obs.: Como a entrada da Venezuela no Mercosul ainda não foi aprovada, o cálculo para as vagas futuras do país não está à disposição.



Partidos menores resistem a listas fechadas

Na reforma política em discussão na Câmara, deputados de partidos considerados pequenos e médios (PSB, PDT, PTB, PP, PR, PST, PMN e PRB) já manifestaram que não são favoráveis ao sistema de listas fechadas para as eleições parlamentares. O sistema, por outro lado, é defendido pelas grandes legendas (PMDB, PT, PSDB e DEM), que têm cacife eleitoral para eleger diversos candidatos.

Na última reunião da bancada do Parlasul, os senadores do PTB Romeu Tuma (SP) e Sérgio Zambiasi (RS) pediram um sistema de votação que seja de mais fácil compreensão pela população, com regras próximas às que já existem para os demais cargos. Caso contrário, disseram, os eleitores terão dificuldade de compreender as novas regras.

Os partidos médios e pequenos não reagem bem às listas fechadas. É provável que alguns deles, sem coligações, tenham dificuldades para alcançar o

quociente eleitoral [número mínimo de votos para eleger um candidato]. E nas coligações com grandes partidos não terão como posicionar bem os seus nomes nas listas pré-ordenadas – argumenta Zambiasi.

Para o senador, o consenso que se forma na representação no Parlasul não deve se repetir na discussão na Câmara. Mesmo sendo uma voz dissonante, ele destaca a necessidade de que senadores e deputados se concentrem na definição das regras para a eleição dos parlamentares do Mercosul, tendo em vista o pouco tempo disponível.

Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considera que o sistema de listas fechadas poderá ser submetido a teste nas eleições para o Parlasul.

A lista partidária é o sistema mais usado em todo o mundo e, ao adotá-la, teríamos a vantagem de promover uma experiência em relação à sua adoção nas eleições nacionais – disse Azeredo.

Financiamento público pode ser adotado

O financiamento público de campanhas, apontado como fórmula para acabar com a corrupção eleitoral, é uma das propostas para a eleição dos parlamentares do Mercosul. Por ser uma campanha nacional, com base nos partidos e não nos candidatos, estima-se que o custo seja mais baixo. Proposta do deputado Geraldo Magela (PT-DF) sugere que o Fundo Partidário receba mais 5% do seu valor total no ano que vem, destinados exclusivamente para essa campanha.

Essa proposta também não conta com o apoio unânime dos representantes brasileiros no Parlasul. O deputado Nilson Mourão (PT-AC) considera que a medida pode trazer desgaste aos parlamentares do Mercosul junto à população, especialmente no atual momento de crise do Legislativo, já que implica gastos públicos em campanhas políticas.

O deputado Celso Russomano (PP-SP) também apontou esse risco, especialmente em um sistema híbrido de financia-

mento, já que os demais candidatos vão às urnas em outubro de 2010 (a presidente, governador, senador e deputados federal, estadual e distrital) poderão recorrer ao financiamento privado.

Outro recurso público à disposição das candidaturas será o já conhecido horário eleitoral gratuito no rádio e na TV. O projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reserva dez minutos por dia nas emissoras, divididos em duas inserções de cinco minutos.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) já propôs que metade do tempo seja destinado a uma campanha institucional que esclareça a população sobre o que é o Mercosul e o Parlasul e sua importância no dia a dia das pessoas.

– A maior parte dos parlamentares não sabe o que é o Mercosul. O que dizer da população? – questionou o deputado Germano Bonow (DEM-RS), vice-presidente da Representação Brasileira no Parlasul.

Câmara pretende iniciar reforma política nesta semana

A Câmara pretende reservar esta semana para votar a reforma eleitoral, prevista no Projeto de Lei 5.498/09. O texto foi apresentado aos líderes partidários na semana passada pelo deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), encarregado pelo presidente da Casa, Michel Temer, de coordenar um grupo de discussão da reforma. O projeto é do líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), e graças a pedido de urgência aprovado na semana passada pode ser discutido diretamente no Plenário.

Para Flávio Dino, o apoio dos líderes para a votação representa um grande avanço para a Câmara, que desde 2007 tenta pautar a reforma política. Ele destacou que o projeto deve ser entendido como um passo da reforma política, que não será feita de uma só vez.

– Nenhum país do mundo fez a reforma política de uma canetada. Isso só é possível em ditaduras – disse.

Segundo Dino, o texto garante regras claras para partidos e candidatos. Há uma atenção especial à campanha eleitoral na internet.

O assunto ganhou destaque depois da campanha do presi-

dente americano Barack Obama, que fez largo uso dessa mídia. Para Dino, a internet barateia as campanhas e aproxima os eleitores dos candidatos, “fortalecendo a dimensão interativa da democracia”.

Dino reconhece, porém, que o texto é apenas o ponto de partida para o debate da reforma, não havendo um consenso sobre seu teor, fato destacado pelo líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO).

“O texto é o que foi possível redigir agora”, afirmou. Ele disse que a proposta

tem como principal novidade a regulamentação do uso da internet nas campanhas. Os demais pontos seriam, na sua opinião, apenas uma adequação da legislação à jurisprudência da Justiça Eleitoral.

“São apenas remendos”, completou Caiado, que em 2007 relatou a proposta de reforma política (PL 1.210/07). O projeto não foi votado e envolvia temas como financiamento público de campanha, listas partidárias pré-ordenadas e criação de federações partidárias.



Michel Temer (C), presidente da Câmara, entre deputados: texto de consenso foi apresentado pelos líderes partidários e traz regras claras para candidatos e partidos, inclusive sobre o uso da internet

comissões



Nelson Jobim (E), ao lado do presidente da CRE, Eduardo Azeredo: serviço militar obrigatório é "nivelador republicano"

Jobim alia defesa a uso de tecnologia nacional

Ministério da Defesa propõe ampliação da área do Centro de Lançamento de Alcântara, "o melhor ponto do mundo para lançamento de foguetes"

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, propôs uma reestruturação da indústria de defesa e mudanças na legislação brasileira com o objetivo de garantir preferência a produtos nacionais em licitações militares.

– Precisamos garantir a capacidade de o Brasil dizer não quando tiver que dizer não na conjuntura internacional – observou ele na Comissão de Relações Exteriores (CRE), à qual foi convidado a falar sobre a Estratégia Nacional de Defesa, por sugestão dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Augusto Botelho (PT-RR) e Moza-rildo Cavalcanti (PTB-RR).

O ministro também defendeu a manutenção do serviço militar obrigatório, "um nivelador republicano" que aproxima as Forças Armadas da sociedade, disse.

Jobim procurou demonstrar a necessidade de interconectar todo o sistema de defesa por meio de satélite, com investimentos na independência tecnológica.

– Vamos alugar um canal de outros países ou vamos ter o nosso próprio satélite?

Quanto à base de Alcântara

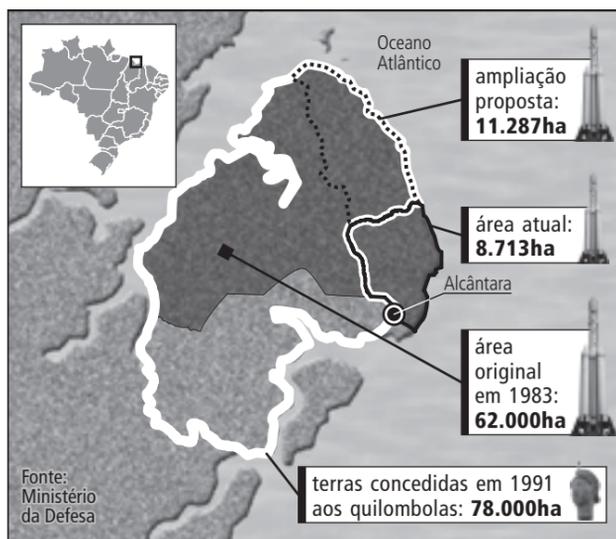
(MA), Jobim acredita que o país se arrisca a perder seu lugar na era espacial, caso se confirme a redução da área destinada ao Centro de Lançamento para apenas 8.713 hectares, a fim de garantir mais terras a remanescentes de quilombolas. O ministério está propondo

a incorporação de outros 11.287 hectares à base, deixando 66.713 hectares para 1.800 quilombolas.

– Não podemos perder a oportunidade de expansão, pois estaríamos jogando pela janela o melhor ponto do mundo para lançamento de foguetes– disse.

Base de Alcântara

O Ministério da Defesa propõe a ampliação da área do Centro de Lançamento de Alcântara no Maranhão, que foi reduzida em 1991



Governo prefere diálogo com o Irã, diz embaixador

O subsecretário político do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Jaguaribe, disse à CRE que o governo brasileiro não proporá o isolamento político do Irã por causa da reação do governo às manifestações de protesto pelo resultado das eleições naquele país.

"Uma solução de engajamento e de diálogo é altamente preferível a uma de confronto e isolamento, que tende a radicalizar posições", afirmou. Já para Iradj Roberto Eghrari, da Comunidade Bahá'í do Brasil, a reação do governo do Irã às manifestações de rua foi "desproporcional".

Moção do Senado condena golpe de Estado em Honduras

O Plenário aprovou moção, originada na Comissão de Relações Exteriores (CRE), de repúdio ao golpe de Estado que derubou o presidente de Honduras, Manuel Zelaya. A proposta foi de Aloizio Mercadante (PT-SP), para quem o golpe foi "grave afronta a todas as democracias da América Latina".

Nenhum país do mundo havia reconhecido o governo pós-gol-

pe, apontou o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP). Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que presidiu a reunião, lamentou que o "fantasma" dos golpes de Estado tenha voltado a assustar a região. Cristovam Buarque (PDT-DF), por sua vez, defendeu uma solução negociada para devolver o poder a Zelaya, que teria de se comprometer a não disputar a reeleição.

EMBAIXADAS

As duas indicações presidenciais para os cargos de embaixadores em Bangladesh e no Paquistão vão agora ao Plenário, após terem sido aprovados pela CRE na semana passada. Luiz Viana de Carvalho representará o país em Bangladesh e Alfredo Cesar Martinho Leoni no Paquistão e, cumulativamente, junto ao Tadjiquistão e ao Afeganistão.

Energia solar ainda é cara e exige incentivo

A ampliação do uso de energia solar na matriz energética brasileira reuniu especialistas na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Eles concordaram que o país tem condições privilegiadas, mas assinalaram que gerar energia elétrica a partir da energia solar ainda não é economicamente competitivo e exige incentivos. O debate foi solicitado pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM) e contou com a participação, entre outros, de Altino Ventura Filho, pelo Ministério de Minas e Energia; de Ricardo Baitelo, do Greenpeace; e de Máximo Luiz Pompermayer, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Frota oficial pode incluir veículos flex

A frota oficial de veículos leves (modelos de passeio) poderá ser integrada por automóveis ou motocicletas com motores flex fuel (movidos por combustíveis de fontes renováveis e não renováveis), de acordo com projeto aprovado pela CCJ. Conforme a proposta (PLC 85/07), pessoas físicas que contam com reduções tributárias na aquisição de veículos leves também poderão optar por automóveis ou motos flex. O texto prevê ainda que automóveis e motos flex contarão com prazos 50% maiores na aquisição por financiamentos ou consórcios. O projeto vai ainda ao exame das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA).

ambiente legal

Subsídio a moradores para preservar Floresta Amazônica

A adoção de subsídio aos frutos da região, como óleos oriundos de plantas e sementes, é um instrumento importante para a preservação da Floresta Amazônica, segundo Paulo Nogueira Neto. Primeiro titular da Secre-

taria Especial do Meio Ambiente do Brasil (de 1974 a 1986), ele adverte que "ou a gente eleva o nível de vida dos moradores, ou a população local, com 25 milhões de pessoas, vai acabar destruindo a Amazônia".

Obama cobra lâmpadas mais eficientes

O presidente Barack Obama determinou que os EUA adotem novos padrões de eficiência para lâmpadas e equipamentos de luz a partir de 2012, para diminuir o consumo de energia. A medida

foi tomada logo após a Câmara dos Representantes ter aprovado a nova lei de mudança climática, que visa reduzir, até 2020, as emissões de gases a um patamar 17% inferior ao de 2005.

Para ficar aquém do "limiar do perigo"

Os "Boletins de Clima do G8", compilados pelo grupo ambientalista WWF, advertem que os países ricos ainda não encontraram o caminho certo para evitar que o "limiar do perigo" da elevação da

temperatura na Terra seja cruzado. Acredita-se que os piores efeitos do aquecimento global poderão ser evitados se as temperaturas não subirem mais de 2° C acima dos níveis pré-industriais.

DURA ADVERTÊNCIA AO MUNDO

"Embora possa haver uma possibilidade de bancar o sistema financeiro, não haverá dinheiro para salvar o planeta depois que a mudança climática ultrapassar o limiar do perigo", alerta o dirigente do WWF, James Leape, no prefácio da avaliação dos "Boletins".

São Paulo tem o primeiro ônibus movido a hidrogênio

O primeiro ônibus movido a hidrogênio da América Latina começa a circular neste mês em fase experimental na região metropolitana de São Paulo. A partir de 2010 outros três ônibus como este (que não emite gases poluentes) passarão a fazer parte do sistema. O projeto teve início há 15 anos e recebeu recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Senadores cobram porto no Piauí

Mesmo sendo informados pelo ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito do Nascimento, em audiência na Comissão de Infraestrutura, de que as obras do Porto de Luís Correia serão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento, os senadores piauienses Heráclito Fortes (DEM) e Mão Santa (PMDB) manifestaram indignação pela demora na conclusão do porto.

– A construção do Porto de Luís Correia é um sonho que todos do Piauí desejam ver realizado. Nós estamos vivendo de promessas e enganação – reclamou Heráclito, que considerou “irresponsável e eleitoreiro” os governos federal e do estado terem garantido a inauguração do porto para dezembro de 2009.

O senador ainda questionou o ministro sobre a possibilidade de não cumprimento pelas empresas contratadas dos prazos para a realização das obras.

Pedro Brito negou que tenha feito qualquer promessa em relação à data de inauguração. Sobre as empresas, disse ter notícias de que os contratos haviam sido rescindidos pelo governo do estado. Ele informou ainda que as obras do porto, orçadas em R\$ 474 milhões, já receberam R\$ 390 milhões, têm R\$ 12 milhões assegurados por convênio e ainda precisam de R\$ 70 milhões para serem concluídas.

Leia mais na página 12

Governadora e senadores criticam MP por embargo a carne no Pará

Audiência na Comissão de Agricultura debateu posição do Ministério Público, que ajuizou ações e aplicou multas contra pecuaristas e frigoríficos por compra de carne produzida em áreas desmatadas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debateu na última quinta-feira, na Assembleia Legislativa do Pará, soluções diante do impasse provocado pela posição contrária do Ministério Público Federal (MPF) à carne produzida em áreas desmatadas da região amazônica.

A polêmica teve início quando o MPF do Pará ajuizou ações e aplicou multas contra pecuaristas, fazendeiros e grandes

redes de supermercados que compravam carne produzida em área de desmatamento. Os procuradores alegam que essa foi a maneira encontrada para combater o desmatamento crescente no estado.

Segundo dados divulgados pela CRA, operam no Pará 32 frigoríficos, que geram cerca de 50 mil empregos e respondem por 35% do abastecimento de carne do país.

Como forma de minimizar

o problema, a governadora Ana Júlia Carepa acenou com a implantação do cadastro ambiental rural (CAR) como meio de regularização fundiária e ambiental no Pará. Segundo ela, trata-se de um instrumento, autodeclaratório, criado por decreto em julho do ano passado, já em funcionamento.

O presidente da Federação da Agricultura no Estado do Pará (Faepa), Carlos Xavier, disse que as propriedades multadas

representam menos de 1% do rebanho bovino do estado.

A posição adotada pelo MPF do Pará recebeu críticas de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que apontou a influência da organização ambientalista Greenpeace contra os produtores rurais. Já o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), considerou as ações de embargo da carne paraense “precipitadas, tendo trazido prejuízos irreparáveis à economia do estado”.



Flexa Ribeiro (E), Carlos Xavier, da Faepa, governadora Ana Júlia, deputado estadual Domingos Juvenil, Valter Pereira e Neuto de Conto em reunião no Pará

Empresas de agronegócios poderão lançar títulos

As cooperativas de crédito agrícolas e agroindustriais, as associações de produtores rurais e demais empresas que operam no setor agroindustrial poderão ser autorizadas a emitir títulos da dívida de agronegócios. Essa possibilidade foi aberta pela Comissão de Assuntos Econômicos com a aprovação, em decisão terminativa, do PLS 369/03, de Alvaro Dias (PSDB-PR).

A iniciativa permitirá aos operadores do agronegócio lançar títulos específicos no mercado nacional, diretamente ou por meio de leilões, negociáveis em bolsas de mercadorias e com opções de resgate em moeda corrente ou pela entrega de produtos in natura, se o investidor pertencer à cadeia de produção.

Segundo Gilberto Goellner (DEM-MT), os recursos gerados pelas emissões dos papéis vão incrementar o financiamento da expansão da produção, melhorar as condições de comercialização e reduzir o custo financeiro das atividades.

Comissão acata renegociação de dívidas de produtores

Produtores rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que tomaram empréstimos com recursos dos fundos constitucionais poderão ter suas dívidas renegociadas. Pela decisão da Comissão de Agricultura, os fundos, enquanto não for implantado o seguro agrícola, perdoarão as parcelas de operações de crédito rural vencidas em períodos de adversidade climática reconhecida por ato do Executivo, nas seguintes condições: 70% do valor da parcela nas operações de até R\$ 50 mil contratadas por mini, pequenos e médios produtores, e 50% do valor da parcela nas operações de mais de R\$ 50 mil.

O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos, assim como o PLS 589/07, também aprovado pela CRA, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a veículos de carga usados por agricultores familiares, por suas cooperativas e associações.

Desapropriação rural: critérios devem mudar

A CRA aprovou proposta que modifica parâmetros de produtividade de estabelecimentos rurais usados em processos de desapropriação de terras. A relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), modificou o projeto original (PLS 202/05) de Lúcia Vânia (PSDB-GO), estabelecendo que propriedade produtiva passa a ser aquela que atinge grau de eficiência na exploração segundo parâmetros aprovados pelo Congresso. Pela legislação atual, para ser considerada produtiva, a propriedade deve apresentar, além de eficiência na exploração, determinado nível de uso da terra, de acordo com índices fixados por órgão federal.

Conforme o texto, as propriedades rurais terão prazo de dois anos para a adaptação das culturas temporárias, e de cinco anos para a adaptação das culturas perenes e da exploração pecuária. A proposta será votada novamente na Comissão de Agricultura, seguindo então para exame na Câmara dos Deputados.

INSTRUMENTOS MUSICAIS

A importação direta de instrumentos musicais por orquestras ou entidades afins, para uso pessoal por músico inscrito no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil há pelo menos dois anos, poderá ficar isenta do pagamento do Imposto sobre Importação. O benefício está previsto no PLS 86/04, aprovado pela CCJ.

ISENÇÕES FISCAIS

As isenções e reduções de impostos concedidas pelo governo federal desde o ano passado serão debatidas pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo em vista estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), que afirma que elas não estão sendo repassadas aos consumidores.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

A Comissão de Assuntos Econômicos autorizou a contratação de empréstimos externos por São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro, todos com garantia da União. Foram favoráveis, respectivamente, os relatores Ideli Salvatti (PT-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Neuto de Conto (PMDB-SC).

ESCRITURAÇÃO ELETRÔNICA

A produção e a guarda da escrituração das empresas em meio exclusivamente eletrônico foram autorizadas pela Comissão de Constituição e Justiça por meio da aprovação do PLS 136/03, do ex-senador Paulo Octávio. A proposta também dispensa do Livro Razão a empresa que optar pela escrituração eletrônica.

ZONAS DE EXPORTAÇÃO

A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou a criação de duas zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios gaúchos de Itaqui e São Borja. Os projetos (PLSs 155/09 e 130/09), apresentados por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ainda terão decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

debates

Mesquita Júnior quer policiais mais bem pagos

Senador defende aprovação de proposta que equipara salários de policiais militares e bombeiros de todo o país aos dos policiais do Distrito Federal

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) pediu a imediata aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 300/08) que prevê a equiparação da remuneração de policiais militares e bombeiros de todos os estados ao soldo dos policiais militares do Distrito Federal. A matéria tramita na Câmara.

– Essa medida não resolve a questão da segurança pública no país, pois, além de uma remuneração decente, a polícia militar e o corpo de bombeiros precisam de treinamento permanente e equipamentos modernos. Mas representará um bom começo – garantiu.

Segundo Mesquita Júnior, essa equiparação terá, no setor da segurança pública, o mesmo efeito da aprovação do piso nacional para professores do ensino público, que dará à categoria melhores condições de trabalho e de vida. Ele afirmou que um policial merece uma vida digna, ainda que simples. Para o senador, é inaceitável a situação do

Rio de Janeiro, onde, em razão de baixos salários, os policiais precisam morar em favela, sendo obrigados a tirar a farda antes de ir para a casa.

No Acre, observou, a situação da segurança pública é calamito-



Equiparação salarial dará à categoria melhores condições de trabalho e de vida, diz Mesquita Júnior

tosa, há denúncias de que 20% da população estão envolvidos em atividades ilícitas “ou criminosas mesmo”. Ele defendeu, ainda, a possibilidade de os setores da educação, saúde e segurança pública serem federalizados, sistema que começaria pela equalização do nível salarial.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também aprovou a ideia de equiparação aos ganhos do DF, dizendo que um policial com salário irrisório não tem estímulo para fazer bem seu trabalho. Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou o fato de, no Brasil, se comemorar a construção de presídios, quando se deveria comemorar a implosão de cadeias, por serem desnecessárias.

Maciel homenageia Cursilho de Cristandade

Marco Maciel (DEM-PE) comemorou os 40 anos de realização do primeiro Cursilho de Cristandade em Brasília, no ano de 1969, sob a iniciativa do arcebispo dom José Newton de Almeida Baptista. O senador fez um relato histórico sobre o surgimento dos cursilhos de Cristandade da Igreja Católica Apostólica Romana, no ano de 1944, em Palma de Maiorca, na Espanha, para realçar as características de elevada religiosidade dessa iniciativa.

Maciel citou as raízes espanholas dos cursilhos, atentando para o fato daquele país ter tradição e ser considerado berço dos grandes movimentos religiosos, sendo ainda hoje um dos que mais enviam missionários católicos para o mundo. Ele lembrou que o Padre Anchieta, denominado Apóstolo do Brasil, nasceu no arquipélago das Canárias, na Espanha.

O senador contou que a experiência do cursilho, iniciada por Eduardo Bonnin, em plena

2ª Guerra Mundial, surgiu logo após uma peregrinação do jovem a Santiago de Compostela. O movimento, explicou, é baseado em três preceitos: piedade, estudo e ação. E se efetua em três fases: pré-cursilho para seleção de candidatos, cursilho propriamente dito e pós-cursilho, para acompanhamento dos participantes. O movimento dos cursilhos de Cristandade tem 40 secretariados nacionais, com 600 secretariados diocesanos na Europa, na América e no Oriente.

Mão Santa pede conclusão de porto ao presidente Lula

Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo ao presidente Lula pela conclusão do porto de Luiz Correia, no Piauí. Segundo o senador, a obra vem sendo prometida ao povo piauiense há mais de cem anos. Ele disse que o ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito do Nascimento, informou, em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI), que seriam necessários apenas R\$ 70 milhões para concluir o terminal.

– Dinheiro tem para concluir o porto – disse Mão Santa, acusando o ministro de mostrar desconhecimento sobre a história dessa obra e sobre a extensão do litoral piauiense.

Após assinalar ter destinado todas as verbas a que tinha direito com emendas parlamentares para a conclusão do terminal, Mão Santa lamentou o fato de o Piauí ser o único estado com faixa litorânea a não ter um porto. Ele também criticou os governos federal e estadual por, supostamente, terem prometido inaugurar a obra em dezembro deste ano.

Para Heráclito, governo “mente” sobre obras no PI

A demora na conclusão das obras do Porto de Luiz Correia, no Piauí, foi condenada por Heráclito Fortes (DEM-PI). Para ele, o governo “mente” ao dizer que está se empenhando para que a obra ganhe um novo impulso.

– O ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito do Nascimento, garante que está trabalhando para aumentar para sete o calado do porto. Mas o fato é que não há recursos garantidos para as obras, com um agravante: o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] ainda não aprovou o projeto de impacto ambiental – afirmou o senador.

Heráclito convocou os outros dois senadores do Piauí, Mão Santa e João Vicente Claudino (PTB), para que façam um mutirão em defesa do estado, que, observou, está sendo desrespeitado pelo governo. Ele também criticou a demora das obras da Ferrovia Transnordestina (veja página 11).

homenagens

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Mão Santa, o ministro Carlos Lupi e José Sarney em sessão que homenageou os 50 anos da Confederação dos Servidores Públicos

Senadores ressaltam papel do servidor público para o país

Os 50 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) foram lembrados em sessão especial na Casa. O presidente do Senado, José Sarney, disse que os servidores públicos são muitas vezes injustiçados e até menosprezados, destacando que muitos trabalham anonimamente para a construção do setor público no país. Ele salientou a luta da CSPB e assegurou que foram grandes as conquistas da entidade ao longo de sua história.

O servidor público é a base da nação, disse o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Para ele, o governo Lula está resgatando a imagem do servidor público e é responsável pelo melhor momento salarial no setor público. O presidente da CSPB, João Domingos Santos, entregou a Sarney uma relação de projetos que a confederação deseja ver aprovados pelo Congresso. Entre eles, um que

torna obrigatória a aplicação dos recursos do Pasep exclusivamente para os servidores públicos, contribuição que rende cerca de R\$ 2,2 bilhões por ano.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que pediu a sessão de homenagem, disse ser fundamental a regulamentação do direito de greve do servidor público. Segundo Marcelo

Crivella (PRB-RJ), aqueles que pregam a privatização do Estado são normalmente os que não necessitam de serviços públicos, direcionados, sobretudo, aos

mais pobres. Refutou ainda afirmações de que haveria um número excessivo de funcionários. O Brasil, frisou, é o país do Mercosul com menor número de servidores.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Inácio Arruda (PC doB-CE) e Cristovam Buarque (PDT-DF) também se manifestaram durante a sessão.

Servidores públicos são muitas vezes injustiçados, diz Sarney

Congresso faz sessão solene pelo Dia Nacional do Cooperativismo

O Congresso realizou sessão solene na quinta-feira para comemorar o Dia Nacional do Cooperativismo e os dez anos de fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, a pedido do senador Osmar Dias (PDT-PR) e do deputado Odacir Zonta (PP-SC). Osmar Dias fez apelo para que o Congresso aprove seu projeto (PLS 03/07) que define tratamento tributário diferenciado para as cooperativas.

A senadora Serys Slhessa- renko (PT-MT) destacou o caráter conciliador e híbrido do cooperativismo, que, segundo disse, reúne contribuições dos dois modelos econômicos do século 20 – o socialismo e o capitalismo. Para Gilberto Goellner (DEM-MT), o cooperativismo representa uma fór-

mula democrática de superar problemas socioeconômico.

Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que o cooperativismo representa um modelo de desenvolvimento em que o ser humano está no centro. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse acreditar que está próximo o entendimento para que seja aprovada uma nova legislação sobre as sociedades cooperativas.

Valdir Raupp (PMDB-RO) salientou que o cooperativismo é forte instrumento na luta contra o desemprego. Conforme Arthur Virgílio (PSDB-AM), é o caminho natural para que o país se desenvolva com maior rapidez. Já Marcelo Crivella (PSB-RJ) observou que é uma das melhores fórmulas de combater a concentração de renda.

Osmar Dias defende tributação especial para cooperativas

institucional

População reconhece contribuição do Senado

Segundo o DataSenado, resultados de pesquisa realizada em junho mostram que 91,6% dos entrevistados consideram a Casa importante para o país

Na pesquisa "O cidadão e o Congresso Nacional", do DataSenado, feita entre 3 e 19 de junho em 81 municípios, 91,6% dos entrevistados apontam o Senado como uma instituição importante na solução dos problemas do país. Sobre a atuação parlamentar, 74% das pessoas ouvidas con-

sideram que os parlamentares cumprem em parte suas funções; 5% avaliam que os senadores a cumprem integralmente; e 21% entendem que eles não cumprem suas funções.

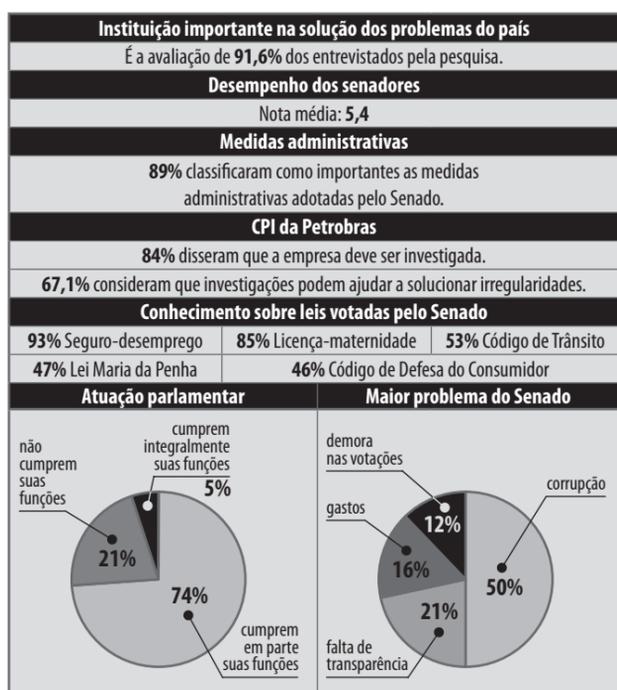
A nota média dos senadores, numa escala de 0 a 10, foi 5,4. Essa foi a segunda maior média desde março de 2008, quando o estudo começou a ser feito. Na pesquisa finalizada em junho, 89% dos entrevistados classificaram como importantes as medidas administrativas adotadas pelo Senado. Entre elas, está a redução de 10% das despesas gerais do Senado.

Indagados sobre qual o maior problema da Casa, 50% dos entrevistados responderam que é a corrupção; 21% afirmaram que é falta de transparência; 16% apontaram os gastos; e 12% disseram que é a demora nas votações.

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, criada em Plenário e ainda não instalada, 84% disseram que a empresa deve ser investigada e 67,1% consideraram que as investigações podem ajudar a solucionar irregularidades que forem encontradas na Petrobras.

O cidadão e o Congresso Nacional

A pesquisa, realizada entre os dias 3 e 19 de junho, ouviu pessoas com mais de 16 anos em 81 municípios brasileiros, com acesso a telefone fixo. Foram feitas 1.277 entrevistas, com margem de erro de 3%.



Fonte: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop)

Senado lança na internet portal com base de dados jurídicos e legislativos dos três Poderes

O Senado lançou na semana passada na internet a Rede de Informação Jurídica e Legislativa – LexML Brasil, portal (www.lexml.gov.br) que reúne as bases de dados de diversos órgãos dos três Poderes. Segundo o vice-presidente da Casa, Marconi Perillo (PSDB-GO), o LexML “nasce grande” em seu objetivo de prover mecanismos de busca de informações, de forma simples e organizada.

– Essa é uma nova era no tratamento de documentos jurídicos e legislativos – observou.

Para Marconi, a organização de

documentos em padrões internacionais, base do novo sistema, insere o Brasil na comunidade de informação global, possibilitando a troca de dados com outros países, em especial os membros do Mercosul. Permite também à sociedade manter-se informada e ciente de seus deveres e obrigações.

O LexML é um portal que reúne leis, projetos de lei, súmulas, resoluções, acórdãos e jurisprudências, entre outros documentos de órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal.

HISTÓRIA DO JUDICIÁRIO

O ministro do Superior Tribunal de Justiça e vice-reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro, Carlos Fernando Mathias, lançou o livro *Notas para uma história do Judiciário no Brasil*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. “A obra traça a trajetória do Judiciário desde a primeira missa celebrada por um antigo desembargador de Lisboa até hoje”, resumiu o autor, ao destacar a colaboração dos ministros Ellen Gracie e Gilmar Mendes, do STF, e Celso Amorim, das Relações Exteriores.

presidência



JANE ARAÚJO

Liu Yunshan elogiou os recursos naturais e a tecnologia brasileiros. José Sarney registrou o crescimento das relações entre os dois países

Ministro chinês quer mais comércio com o Brasil

Reforçar os laços de amizade e o relacionamento comercial e cultural entre o Brasil e a China. Esse foi o tema do encontro entre o presidente do Senado, José Sarney, e o membro do Birô Político e ministro de Publicidade do Comitê Central do Partido Comunista da China, Liu Yunshan.

Durante a reunião, Sarney lembrou sua visita à China, em 1988, como presidente do Brasil, em que defendeu com o chefe do Poder Executivo da China à época, Deng Xiaoping, o estreitamento das relações entre os dois países.

– Naquela ocasião, ele me disse que só o tempo iria construir essas relações. E hoje vejo

com grande satisfação que o Brasil tem a China como um grande parceiro mundial e temos a intenção de estreitar cada vez mais esse relacionamento – afirmou Sarney.

Segundo Liu Yunshan, o Brasil tem recursos naturais muito ricos e tecnologia avançada.

– Vamos fazer um esforço para aumentar ainda mais nossas relações bilaterais – afirmou o ministro chinês.

Sarney parabenizou a China pela maneira como está enfrentando a crise internacional e ressaltou que o Brasil, embora esteja sentindo os reflexos da crise financeira, também “a está enfrentando sem grandes abalos”.

Mendes pede decisão sobre membros do CNJ e do CNMP

Em visita ao presidente do Senado, José Sarney, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, pediu pressa na aprovação dos candidatos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

– Ajudaria muito se o Senado deliberasse sobre a aprovação dos candidatos – disse Gilmar Mendes, ao se referir à crise do Senado, que está, segundo afirmou, retardando a composição dos conselhos.

Em maio último, a Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ) aprovou a indicação de 12 conselheiros para o CNMP e 14 para o CNJ, nomes que deveriam ter sido votados pelo Plenário até meados de junho, quando terminava o mandato dos membros dos dois órgãos.

Gilmar garantiu que não conversou com Sarney sobre a crise no Senado.

– Essas crises devem ser resolvidas no âmbito da Casa. As crises no âmbito político são geralmente passageiras. O Brasil tem uma classe política extremamente competente – observou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Cantor Fagner lembra Patativa do Assaré

Na TV Senado, Fagner canta músicas com letras de Antônio Gonçalves da Silva e cobra mais reconhecimento ao poeta popular cearense

A TV Senado exibe às 14h30 deste sábado, no Espaço Cultural, uma entrevista-canja do cantor e compositor Raimundo Fagner. Acompanhado do flautista Ocelo Mendonça, ele interpreta uma série de músicas que contam com a parceria de Patativa do Assaré. O programa foi gravado no dia 3 de junho, logo após a sessão especial que homenageou, no Plenário do Senado, a passagem do centenário de nascimento de Patativa.

O programa será reprisado neste sábado, à meia-noite e, no domingo, às 14h30.

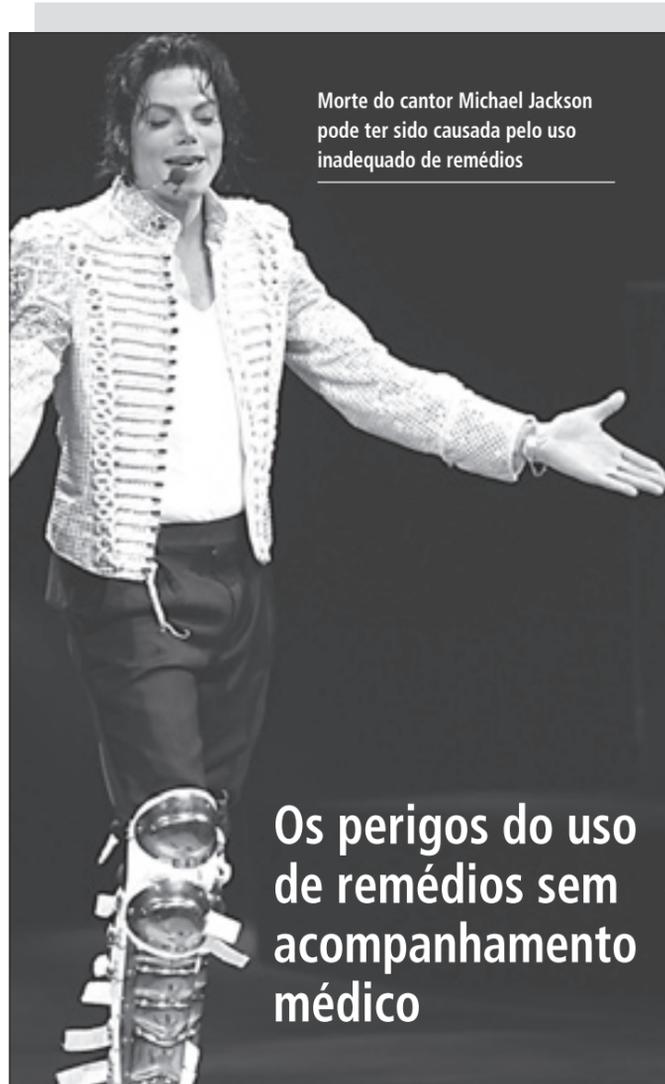
Neste fim de semana, a TV Senado reapresenta o primeiro programa de um conjunto de três documentários que abordam obras de grandes pintores. *Retrato de um gênio artístico - Delacroix* vai ao ar às 15h30 de domingo. Nos dois próximos fins de semana, serão exibidos os outros documentários: *Caravaggio - As pinturas divinas de um errante*; e *Rembrandt - Um mestre da luz e da sombra*.

Espaço Cultural
TV Senado
11/7, sábado, às 14h30

CCT aprova prioridades para transmissões da Rádio Senado

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) definiu as prioridades nas transmissões ao vivo da Rádio Senado. As regras constam de proposta de Expedito Júnior (PR-RO) e buscam resolver o que deve ir ao ar quando houver reuniões concomitantes no Senado ou no Congresso. Pela proposta, terão prioridade as sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias

do Senado, seguidas pelas deliberativas do Congresso. Em seguida vêm as sessões solenes do Congresso e as de homenagem a chefes de estado estrangeiros; as reuniões ordinárias de comissão permanente; as extraordinárias; as de CPI ou do Conselho de Ética; as não deliberativas do Senado; as especiais do Senado; e as especiais do Congresso.



Morte do cantor Michael Jackson pode ter sido causada pelo uso inadequado de remédios

EVAN AGOSTINI

Os perigos do uso de remédios sem acompanhamento médico

A morte do cantor Michael Jackson chamou a atenção para o uso descontrolado de medicamentos. O problema não ocorre apenas nos Estados Unidos, mas também em outros países, como o Brasil.

Como evitar o vício provocado pelo uso de determinados remédios? Até que ponto a automedicação prejudica os pacientes? Qual a responsabilidade dos médicos na prescrição inadequada de

medicamentos?

Essas e outras perguntas serão respondidas na entrevista especial do programa *Conexão Senado*, que terá a participação de senadores e especialistas.

Conexão Senado

Senado FM, Ondas Curtas e Internet
6/7, segunda-feira, às 8h

Especialista fala de prevenção e tratamento do HPV

O *Pergunte ao Doutor* desta semana vai tratar de um assunto que interessa tanto a homens quanto a mulheres: o HPV - papiloma vírus humano. Transmitido principalmente por meio das relações sexuais, o vírus do papiloma é o vetor de inúmeras infecções nos órgãos sexuais feminino e masculino, podendo levar ao câncer.

Para informar o que é o HPV, o *Pergunte ao Doutor* conversa com a ginecologista e oncologista Iza Maria de Melo.

Pergunte ao Doutor
Senado FM e internet
8/7, quarta-feira, às 7h30

Programa registra os 15 anos do Plano Real

O convidado do *Senado Economia* desta segunda-feira é o economista Winston Fritsch, um dos criadores do Plano Real. Ele vai falar sobre os 15 anos do plano de estabilização econômica que viabilizou o controle da inflação no Brasil.

Senado Economia

Senado FM
6/7, segunda-feira, às 7h30



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Músico
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão

12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Músico
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Músico
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado

11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Músico
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Músico

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Impunidade

"No Brasil não existe uma legislação rigorosa de proteção das finanças públicas para punir os maus administradores e colocá-los na cadeia. Eles não deveriam poder concorrer a eleições e a cargos públicos, com vista a ganhar imunidade. No Brasil não existe lei e nada acontece neste festival de impunidade."

Juliano de Oliveira, de Custódia (PE)

Nota da redação: Caro Juliano, o Senado aprovou em 3 de junho projeto (PLS 688/07) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que exige dos candidatos a cargos eletivos idoneidade moral e reputação ilibada. A proposta seguiu diretamente para análise da Câmara dos Deputados. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal trata com rigor desse tema.

Vítimas de enchentes

"Parablenzo o Senado, e em especial o senador Raimundo Colombo (DEM-SC), pela preocupação com os brasileiros mais carentes que vivem em zonas de risco e sofrem por ocasião das enchentes. Ao apresentar o PLS 16/09, o senador estabelece que o governo federal disporá de recursos do BNDES e do Banco do Brasil para revitalizar as áreas atingidas, melhorando a qualidade de vida dos nossos irmãos vitimados pelas enchentes. Cabe agora ao Senado aprovar a matéria."

Maroel da Silva Bispo, de Feira de Santana (BA)

Direitos civis

"Quero parabenizar o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) por sua incessante luta em prol de uma educação melhor em nosso país. E acrescento que, entre as disciplinas ministradas pelo ensino público nos níveis fundamental e médio, deveriam acrescentar também noções da Constituição federal, para que todos pudessem conhecer seus direitos fundamentais."

Marcos André da S. Gomes, de Girau do Ponciano (AL)

Patativa do Assaré

"Minhas congratulações ao senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pela homenagem aos cem anos de nascimento do poeta do povo, na sua mais sublime acepção da palavra, Patativa do Assaré, ocorrida dia 3 de junho no Senado. O centenário de um brasileiro que representa um segmento, infelizmente, mascarado por uma mídia preocupada unicamente em exibir um Brasil de belas praias, de sol, montanhas e lindas mulheres, contrastando com outro Brasil, onde se encena uma ópera bufa do descaso que assolou por tantos anos a nossa real história. Parabéns ao senador! Parabéns ao artista do povo!"

Antonio Alves Cavalcante Neto, de Fortaleza (CE)

Gaveta

"Está na hora de o Senado votar projetos e leis que estão engavetados, em vez de fazer novos. Os senadores somente planejam e nunca concluem projetos que muitas vezes são importantes para o povo."

Sandro Marinho da Silva, do Recife (PE)

Concursos públicos

"A PEC 19/08, do senador Paulo Paim, é louvável, porém existem dúvidas que considero pertinentes. O texto estabelece que desempregados e trabalhadores com remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos podem ficar isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos. A minha dúvida, e acredito que a de muitos brasileiros, é a seguinte: existem muitas pessoas autônomas com remuneração invejável, muito maior que a de muitos cidadãos que trabalham com carteira assinada. O que fazer? O cidadão que trabalha com carteira assinada poderá comprovar que tem direito à isenção. Já quem é autônomo, vai apresentar o quê? Acho complicado, e muitos podem usar de má-fé."

Joerlan Sena Santa Bárbara, de Feira de Santana (BA)

frases



GABINETE DO SENADOR CRIVELLA



Isso é um crime contra a infância e não podemos deixar que se transforme em jurisprudência para outros tribunais

Marcelo Crivella, sobre decisão do STJ de absolver dois homens que pagaram por sexo com adolescentes em Mato Grosso do Sul.

Por que não conseguimos fazer o mesmo? Por que não conseguimos aqui uma unidade para tirar o Senado da crise que atravessa?

Cristovam Buarque, durante celebração dos 15 anos do Plano Real, para ele uma "façanha" do Ministério da Fazenda por ter unido todos em torno do mesmo objetivo.

A democracia e a ética na vida política perderam um dos seus mais ferrenhos defensores

Eduardo Suplicy, ao requerer voto de pesar pelo falecimento do jurista e ex-deputado Goffredo da Silva Telles.

Ele foi um verdadeiro político e um excelente profissional. Tinha uma grande vocação para vida pública, pela política entendida como ciência, virtude e arte do bem comum"

Marco Maciel, durante homenagem ao deputado e médico José Aristodemo Pinotti, falecido em 1º de julho.

Nós, que sabemos das consequências de um golpe militar, não poderíamos ter outra atitude a não ser repudiar. Os democratas de todo o mundo exigem a retomada da regularidade e da normalidade democrática do país

José Nery, sobre o golpe de Estado que depôs o presidente de Honduras, Manoel Zelaya.

J. FREITAS



É inadmissível continuarmos convivendo com essa prática imoral e desonesta

Mozarildo Cavalcanti, ao cobrar do Ministério Público investigação sobre o sistema de apoio político ao governo no Congresso em troca da liberação de emendas ao Orçamento.

Caso não tivesse ocorrido a redução, a desaceleração teria sido maior, com efeitos negativos na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, com maior queda da arrecadação

Francisco Dornelles, elogiando o governo por prorrogar a redução do IPI para eletrodomésticos da linha branca, carros e material de construção.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

"Por que o presidente Lula, em vez de emprestar dinheiro para outros países, não distribui para o povo brasileiro, para os aposentados, que necessitam realmente?"

Rogério Sales Viana, de São Gonçalo (RJ)

Ajuda financeira a outros países como exceção, e não regra

O senador **Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** responde:

Rogério, sou presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e considero que essa situação ocorre quando o Brasil financia, através do BNDES, obras que são realizadas por empresas brasileiras. Outro caminho é o da doação, quando o governo perdoa alguma dívida de países mais pobres. Nós da oposição estamos atentos, estamos cobrando para que a prioridade seja efetivamente o atendimento do Brasil. Eu não sou contra que o Brasil possa ajudar eventualmente um país que tenha sofrido uma catástrofe, por exemplo, mas não pode ser uma regra, tem que ser uma exceção.

Com informações da Rádio Senado

GERALDO MAGELA



Entretenimento adequado à idade

As regras de classificação indicativa dos programas de televisão, filmes, espetáculos e jogos eletrônicos e de interpretação (RPG) estão em vigor desde 2007 e resultaram

de uma consulta pública em que foram ouvidas cerca de 100 mil pessoas, entre pais, professores e alunos, além de representantes de universidades, emissoras e entidades públicas.

A classificação indicativa existe para informar os pais sobre a adequação de horário, local e faixa etária, para que eles decidam se os filhos devem ou não assistir aos programas.

Análise leva em conta cenas de sexo, uso de drogas e violência

Prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e regulamentada por portarias do Ministério da Justiça, a classificação indicativa dos programas e obras audiovisuais não deve ser confundida com censura. Ela visa proteger crianças e adolescentes de conteúdos audiovisuais inadequados e é exercida pelo ministério, especificamente pelo Departamento de Justiça, Classi-

ficção, Títulos e Qualificação, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça.

A cartilha "Classificação indicativa - informação e liberdade de escolha", do Ministério da Justiça, que é dirigida a famílias, proprietários de videolocadoras e administradores de cinemas, traz os símbolos coloridos com as classificações ER (especialmente recomendado): livre e faixas etárias de 10, 12, 14, 16 e

18 anos. O ministério determina ainda a adequação da programação ao fuso horário local.

A publicação informa também que a classificação indicativa é realizada por analistas de áreas como Psicologia, Direito, Comunicação Social e Pedagogia. A avaliação de conteúdo é feita em três etapas: análise de cenas de sexo, drogas e violência; identificação de temas; e

distinção da idade para a qual a programação não é recomendada.

Não são classificados os programas jornalísticos ou noticiosos, esportivos, propagandas eleitorais e publicidade em geral, incluídas as vinculadas à programação. Os programas exibidos ao vivo poderão ser classificados se apresentarem inadequações a partir de monitoramento ou denúncia.

Cartilha sugere acompanhamento pelos pais

A cartilha sobre indicação classificativa do Ministério da Justiça ressalta que escolher o entretenimento dos filhos é direito dos pais e que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e precisam de ajuda para selecionar e compreender aquilo a que assistem.

Pesquisas apontam que a maioria das crianças e dos adolescentes prefere a televisão, os jogos eletrônicos e o cinema como forma de diversão. O jovem brasileiro passa, em média, de três a quatro horas por dia diante da TV. Estudos indicam ainda que as crianças tendem a imitar o que assistem em filmes, desenhos e novelas e não distinguem ficção e realidade.

A cartilha sugere que os pais acompanhem aquilo a que os filhos assistem, sem perder a oportunidade de usar os temas de filmes, novelas ou outros programas para orientá-los sobre o que acontece no mundo real.

O Ministério da Justiça recomenda:

- ▶ Limite o tempo que as crianças e os adolescentes passam em frente à TV. Busque alternativas.
- ▶ Ensine seus filhos a questionarem e avaliarem aquilo que veem na televisão.
- ▶ Ao encontrar inadequações na programação ou se não concordar com a classificação de algum programa, entre em contato com as emissoras de TV. Anunciantes e patrocinadores de programas também podem receber reclamações sobre os programas que financiam.

▶ Denúncias também podem ser feitas aos órgãos públicos e às entidades de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes.

O Ministério da Justiça não aplica punições pelo descumprimento da classificação indicativa, mas elas estão previstas no estatuto, cabendo ao Ministério Público avaliar cada caso e acionar o Poder Judiciário.

O estatuto prevê, por exemplo, que a transmissão por rádio ou televisão de espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação pode levar à multa de 20 a 100 salários mínimos. Em caso de reincidência, a multa pode ser duplicada, e a Justiça pode determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias.

Saiba como é feita a classificação indicativa

Na televisão

As emissoras ou produtoras enviam ao Ministério da Justiça a sinopse do programa a ser exibido e a classificação indicativa pretendida, procedimento chamado de autoclassificação. Após essa etapa, o Ministério da Justiça tem 60 dias para monitorar a obra e verificar se o conteúdo exibido está de acordo com a classificação indicativa atribuída, caso contrário o programa poderá ser reclassificado. As emissoras podem pedir reconsideração da classificação.

No cinema e em vídeo/DVD

Os filmes são enviados pelas produtoras ao Ministério da Justiça,

onde uma dupla de profissionais assiste à obra e discute inadequações. O responsável pelo cinema ou locadora deve afixar em local de fácil leitura as recomendações do ministério. O cinema deve obedecer às seguintes regras para entrada de menores:

- ▶ menores de idade podem ingressar se o filme tiver classificação igual ou inferior à sua idade.
- ▶ menores de dez anos só podem ingressar acompanhados de um responsável, mesmo que a classificação seja "livre".
- ▶ menores de idade podem ingressar se o filme tiver classificação superior à sua idade, desde que essa não ultrapasse a classificação "não

recomendado para menores de 16 anos". Para isso, o menor deve estar acompanhado pelos pais ou um responsável autorizado (a autorização, que está disponível para impressão no site www.mj.gov.br/classificacao, é recolhida na entrada do cinema).

- ▶ não é permitido a menores de idade o ingresso em espetáculos classificados como "não recomendado para menores de 18 anos".

No teatro e em shows musicais

Não é feita pelo Ministério da Justiça. Os produtores dos espetáculos devem informar a classificação em cartazes, materiais promocionais e nas bilheterias.

Confira os códigos usados para identificar programas

TARJA VERDE

L

LIVRE PARA TODOS OS PÚBLICOS

Exibição em qualquer horário

TARJA AZUL

10

INADEQUADO PARA MENORES DE 10 ANOS

Exibição em qualquer horário

TARJA AMARELA

12

INADEQUADO PARA MENORES DE 12 ANOS

Exibição após as 20h

TARJA LARANJA

14

INADEQUADO PARA MENORES DE 14 ANOS

Exibição após as 21h

TARJA VERMELHA

16

NÃO RECOMENDADO PARA MENORES DE 16 ANOS

Exibição após as 22h

TARJA PRETA

18

NÃO RECOMENDADO PARA MENORES DE 18 ANOS

Exibição após as 23h

Projeto elimina vinculação com o fuso horário

PDS 41/08, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) – O projeto de decreto legislativo revoga trechos da portaria do Ministério da Justiça referentes à classificação indicativa, para que não seja necessário observar o fuso horário na vinculação entre categorias de classificação e faixas horárias de exibição dos programas. O projeto aguarda relatório do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Saiba mais

Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

Ministério da Justiça, Bl. T, Anexo II, sala 322
Brasília (DF) – CEP 70064-900

www.mj.gov.br/classificacao / dejus@mj.gov.br
Campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

www.eticanatv.org.br / eticanatv@camara.gov.br
Denúncias: 0800 61-9619 e junto aos ministérios públicos estaduais e federal